

EM TEMPO:

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT



Ceroli

O Plano Collor e suas máscaras

Editorial

O Plano Collor acelera os ritmos e precipita o confronto.

O "aventureiro", chegado ao governo, quer transformar a sua estratégia eleitoral em política de Estado.

Através da chantagem e da demagogia, reclama para si os poderes de um ditador.

Collor forjou para si o lema "vencer ou vencer". Os trabalhadores não têm outra saída senão lutar com toda a força e a experiência que acumularam.

NICARÁGUA: OS DIAS DIFÍCEIS DA REVOLUÇÃO

NOVA ESQUERDA: A PROCURA DOS RUMOS

A OPRESSÃO DAS MULHERES NO LESTE

Você sabe a última do Collor?



Assine **EM TEMPO** : um jornal contra a maré



Eduardo Albuquerque

O Plano Collor sintetiza o novo momento político do país, expressando a mudança da qualidade da disputa pela saída da crise nacional.

De um lado, as classes dominantes com o fôlego da vitória eleitoral, contando com a expectativa da população com o novo governo, ainda não refeitas do susto da votação de Lula e sofrendo a angústia do "esta é a nossa última chance".

Do outro, o movimento operário e popular, com uma posição singular na cena política brasileira, com a força da CUT, o desempenho do PT e da Frente Brasil Popular, com uma dinâmica de crescimento impressionante ao longo da última década, que a derrota eleitoral abala, mas não abate.

Deste choque nasceu o Plano Collor.

Explosividade

É um plano ousado, ofensivo, audaz do ponto de vista das classes dominantes. A imprensa burguesa tem destacado que este é o maior terremoto já causado por um governo na economia brasileira. Não podemos subestimá-lo.

É um plano cujos arquitetos denunciam a aliança estabelecida para sustentá-lo: Mario Henrique Simonsen nas sombras e bastidores, publicamente desmanchando em elogios; Ibrahim Eris, egresso dos gabinetes de Delfim Neto; Luiz Gonzaga Belluzzo, artífice do Cruzado; Antonio Kandir, membro da equipe de José Serra.

O Plano tem o seu centro de gravidade em medidas monetaristas combinadas com instrumental heterodoxo (um leve, relativo e provisório congelamento de preços, com mudança de moeda). Tudo isso para aplicar a mais velha das terapias capitalistas antiinflacionárias: a recessão:

Um plano de orientação neoliberal, mas administrado e imposto pelo Estado. O autoritarismo de sua implementação chega a desprezitar até mesmo uma constituição montada para servir as classes do-

O Plano Coll

O Plano Collor, produto de uma dinâmica de elevada polarização social, aprofunda a dinâmica de confronto.

minantes. A inconstitucionalidade das medidas aponta até onde Collor pode ir.

No Cruzado, a tentativa de por fim à inflação baseou-se na compreensão da existência de uma dada situação do movimento operário, que crescia nas lutas pelos reajustes trimestrais. Buscou-se ao mudar as regras do jogo congelar a correlação de forças existentes. Já o Plano Collor tem como meta alterar brutalmente a correlação de forças atual, em detrimento dos trabalhadores.

A derrota do movimento operário é um pressuposto essencial para a viabilização do Plano Collor. Aqui reside a explosividade da conjuntura aberta com sua decretação: ele começa a ser aplicado a um movimento em condições de resistir, lutar e até impor-lhe uma derrota.

As analogias feitas pela imprensa burguesa podem ser instrutivas. Em 1948, na Alemanha, quando a reforma monetária que "inspirou" os economistas ora "colloridos" foi realizada, existia nada mais nada menos do que um exército de ocupação presente e o movimento operário esmagado pela ditadura nazista e pela guerra.

Na guerra contra a inflação, a maior arma de Collor é a recessão, simultaneamente causa e consequência de uma derrota que se quer impor aos trabalhadores. Causa, pelo desemprego que impõe, pela desarticulação dos setores combativos, pela gigantesca chantagem que faz a cada trabalhador. Consequência por significar a quebra de importantes mecanismos de defesa do movimento, a sua incapacidade de impor políticas alternativas eficazes.

Três ângulos

Usar uma recessão para barrar a inflação: essa é a síntese terrível do terremoto antipopular de Collor.

A engenhosidade, a complexidade e a sofisticação deste pacote devem ser vistas pelo ângulo como administra esse processo recessivo.

O Plano ataca a inflação por três aspectos: a reforma monetária a reforma fiscal e o

controle de preços e salários. Esta articulação inexistiu em qualquer dos planos anteriores e é essa a grande diferença com eles.

Com a reforma monetária (recriação do cruzeiro), que tem como instrumento principal o controle do meio circulante é dado um gigantesco aperto na liquidez da economia. Essa criação da nova moeda, apoiada num enorme confisco da dívida interna (incluindo a caderneta de poupança que Collor jurou não mexer...), coloca nas mãos do Banco Central cerca de US\$ 115 bilhões dos US\$ 150 bilhões que estavam circulando antes do pacote. Esse aperto gera uma dinâmica recessiva, atua sobre os ativos reais (dólar, imóveis, matéria-primas etc.) forçando uma queda em seus preços, tendo uma ação evidente sobre a dinâmica inflacionária.

Em entrevista a **EM TEMPO**, Maurício Borges — professor de pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais — resalta que no Plano Collor se dá o oposto do Cruzado, que transformou em moeda boa parte da dívida interna, aumentando, então, a liquidez da economia.

A reforma monetária determina a criação de um deságio para a transformação dos cruzados novos em cruzeiros, via leilões organizados pelo Banco Central, que tentará manter o controle agora estabelecido sobre os meios circulantes, dosando a "remonetização" da economia. Nesses leilões, serão definidas as perdas que os temporariamente confiscados terão para rever os seus cruzeiros. Na administração dessa remonetização está, para o professor Maurício Borges, boa parte da possibilidade do sucesso do plano. Foi exatamente aí que o Plano do presidente Menem, na Argentina, falhou. As pressões dos grandes grupos, de interesses poderosos que levaram Collor à presidência, poderão incidir exatamente aí.

Reforma Fiscal

A reforma fiscal apresentada pela ministra Zélia é ou-

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cr\$ 500 () Normal: Cr\$ 350

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à **Fábio Pereira dos Santos — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.**



Assine Teoria

e Debate

4 edições: Cr\$ 250,00

apoio: Cr\$ 600,00

Envie cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, Rua dos Franceses, 471 — CEP 01329 — São Paulo — SP.

EM TEMPO:

Uma publicação da **tendência Democracia Socialista do PT**

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Islac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS n.º 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 566, Pinheiros — São Paulo. CEP 05404. Fone: 853-8880 CGC n.º 46.093.001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Collor e suas máscaras

tro elemento que esteve ausente dos outros planos. O objetivo do governo é atacar o déficit público. Zélia quer partir de um déficit de 8% do PIB para chegar a um superávit de 2%. Pelos cálculos de Maurício Borges, as medidas tomadas renderiam 7,5% do PIB (o calote da dívida interna renderia 2,5%, os cortes de incentivos, subsídios etc. alcançariam 4% e a reforma administrativa cerca de 1%). Somando-se os recursos advindos da reforma patrimonial, o déficit atual pode ser zerado.

Quanto à reforma tributária, Maurício Borges considera ser o ponto mais limitado: a reforma é essencialmente regressiva e inflacionária, pois as suas principais medidas se referem à elevação de impostos já existentes (por exemplo, o IPI). Embora haja uma ampliação da base da tributação (renda agrícola, ganhos de capital nas bolsas), ela está longe de atingir o patamar tributário que a burguesia dos países capitalistas avançados paga aos respectivos fiscos.

O controle de preços é certamente o aspecto menos incisivo do plano. Um congelamento de fôlego curtíssimo em torno a preços artificialmente elevados na véspera. E o controle dos salários, com a velha tática de congelar perdas e expurgar a inflação, dependerá em grande medida da capacidade de resistência do movimento sindical.

A partir da avaliação deste conjunto de aspectos articulados, ressaltando-se as consequências da administração de sua implementação, a avaliação de Maurício Borges é de que o plano tem todos os elementos para quebrar a dinâmica hiperinflacionária e controlar a inflação no curto prazo. Mas à custa de uma "recessão pesada", enfatiza.

Queda Livre

Recessão causada pela contração do mercado interno e também pela queda da atividade exportadora, tendo em vista os impactos do câmbio livre sobre a cotação do dólar, que, para Maurício Borges, deve inviabilizar a parte menos competitiva do setor exportador e limitar as atividades de exportação como alternativa à contração do mercado interno.

No período posterior à recessão, não se verá automaticamente a retomada do cresci-

mento econômico, avalia Maurício Borges. Ao contrário do propagado por Collor e seus assessores, uma vez estabilizada a economia as forças de mercado dificilmente serão capazes de detonar um novo surto de desenvolvimento. O estado, desde 1930, tem cumprido o papel do iniciador desses ciclos na economia brasileira, com os capitais privados entrando em ação apenas quando a retomada econômica se faz visível.

Contrariando os superficiais teóricos neoliberais da moda, Maurício considera que dada a manutenção dessa característica estrutural da economia brasileira, para que haja um novo ciclo, o Estado deve recuperar a sua capacidade de investimento e isto não está assegurado no presente pacote. O pacote apenas saneia o déficit público. Medidas mais profundas teriam que ser tomadas para viabilizar essa recuperação, como a taxa mais pesada das grandes fortunas.

Recessão barrando a inflação, nenhuma garantia da retomada do crescimento econômico: essa é a súmula da análise econômica do Plano.

Quem perde

O centro do "marketing" collorido é a afirmação sobre as perdas de 10% da população e os ganhos de 90%.

Na sua entrevista a **EM TEMPO**, Maurício Borges desmente essa versão collorida: a burguesia se preparou bem para o pacote, conseguiu se resguardar razoavelmente, pois formou estoques, está com dinheiro aplicado no exterior. Particularmente, o setor mais dinâmico do período recente da economia brasileira, o setor exportador, praticante contumaz do subfaturamento de suas vendas, é responsável por uma parte considerável da economia "submersa" — calculada pela Fundação Getúlio Vargas em cerca de US\$ 50 bilhões.

Para Maurício não é o grande capital o principal sacrificado pelo pacote: quem realmente perdeu com o confisco foram os setores médios.

E o grande capital internacional, terá sido atacado? Pelas ("insuspeitíssimas") declarações do Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, ao contrário, "as medidas colocam o Brasil em

uma posição voltada 'ao mundo moderno'" (**Folha de São Paulo**, 17/3/90). Para assessores do departamento de Comércio dos EUA, "as medidas anunciadas por Collor sintonizam com as reivindicações do departamento" (**Folha de São Paulo**, 17/3/90). Os banqueiros ingleses e americanos elogiaram o pacote.

Ao lado das concessões em termos de comércio internacional (liberação das importações, fim dos subsídios às exportações), a adoção do câmbio livre, a volta às negociações com o FMI, o capital estrangeiro marcou um ponto importante na Medida Provisória 155, que autoriza a conversão de títulos da dívida externa brasileira em ações das estatais em processo de privatização.

Já o sistema financeiro nacional se mantém firme assumindo novos papéis, que talvez compensem algumas perdas com o pacote. Os leilões de conversão de cruzados novos em cruzeiros terão um papel central na economia daqui em diante. Os bancos estarão ativos neles, intermediando os clientes, e com toda a sua capacidade de adaptação, cobrando pelos novos serviços prestados, quem sabe até mesmo estabelecendo um verdadeiro "mercado paralelo de cruzeiros", com uma taxa dupla para o deságio.

Há, ainda, um ponto que merece toda a nossa atenção: os bancos estão "obrigados" a comprar os certificados de privatização. Em que condições? Em que volume? Para adquirir quais estatais? A que valor? Na verdade o capital do sistema financeiro nacional é o mais habilitado a participar do tão reivindicado (pela burguesia) processo de privatização, daí o estímulo (quão compulsório não sabemos, ainda) a adquirir as ambiciosas estatais. Pelo que declarou o secretário-geral do ministério da Infra-estrutura, Paulo Ximenes, a privatização das siderúrgicas começa pelas mais rentáveis. Usiminas e Tubarão. Com os recursos aí obtidos vão sanear outras para posterior privatização (**Jornal do Brasil** 18/3/90).

Perdas e ritmos

Já as perdas dos assalariados, dos pequenos proprietários e pequenos empresários,

Combate

BITMANIAS



dos setores intermediários são muito maiores. Collor arrouchou bastante os limites dos saques de contas correntes, cadernetas de poupança, em parte, talvez, como estratégia para a negociação no Congresso.

Mas, o essencial é compreender que há uma relação direta entre a timidez no tratamento dispensado ao grande capital e a ousadia com que as camadas intermediárias da sociedade foram atingidas.

Também a dimensão da recessão imposta pelo pacto é consequência direta da timidez do "confisco" dos que realmente ganharam com a inflação. E a recessão imporá perdas draconianas para os 90% que Collor diz beneficiar e aí com perdas de emprego e salário.

Até hoje, a percepção popular dos planos de estabilização se dava com a volta da inflação. Nos planos anteriores houve sempre um ponto de inflexão nítido e sensível a todos. No Plano Collor, isto não deve se repetir, dada a possibilidade de sucesso no combate à inflação. Por isso, a identificação do "quem ganha e quem perde" com o pacote deve vir

ao lado de uma questão extremamente séria para a definição das estratégias de defesa e luta do movimento popular: o ritmo da percepção dos ataques aos trabalhadores e ao povo, ritmo que está longe de ser homogêneo e sincronizado.

Hoje, a percepção dos setores médios, incluindo pequenos empresários e dos setores melhor remunerados da classe trabalhadora é maior: é a injustiça do confisco de suas poupanças e contas bancárias, como se fossem grandes especuladores.

Para o conjunto dos assalariados, o ritmo será mais lento: neste primeiro mês, toda a parafernália que propagandeia o controle de preços e os salários do mês de março incorporarão o mês de fevereiro. Mas, em abril, quando a prefixação salarial for contraposta ao índice inflacionário de março, a perda salarial será visível.

A dinâmica das demissões estará crescentemente presente. Já a grande maioria da população, incluída toda uma série de setores marginalizados, sentirá o peso do Plano Collor com o início de suas repercussões recessivas.

Rumo a um mar de danos

O Pacote Collor se articula com o plano neoliberal e prevê a integração passiva de nossa economia nos mares incertos do capitalismo internacional

Eduardo Albuquerque

Collor fez em sua posse uma longa defesa do modelo da chamada "integração competitiva" do Brasil na economia internacional. As linhas mestras deste modelo são: 1) abertura da economia ao capital estrangeiro; 2) dependência dos grandes conglomerados transnacionais na promoção do progresso tecnológico; 3) retirada da intervenção estatal nos setores básicos e estratégicos da economia; 4) estímulo às atividades voltadas à exportação; 5) participação da economia nacional na mundial de acordo com as determinações imperialistas da divisão internacional de trabalho.

O atual pacote se articula com esse "projeto": a rapinagem anunciada das empresas estatais, a abertura das importações, o câmbio livre incentivando os exportadores, o "enxugamento" generalizado que o Plano impõe à economia brasileira seguindo o figurino FMI, tudo isso pode ser visto como uma medida de preparação para "um novo modelo" de desenvolvimento econômico".

Devemos debater com o presente pacote deixando claro que ele é uma iniciativa na perspectiva neoliberal de superação da falência do modelo econômico herdado da ditadura e da "Nova República". Mas não é a única saída: ela tem de ser confrontada com a alternativa democrática e popular, por nós defendida e fecundamente apresentada à sociedade brasileira nas eleições de 89.

Inserção passiva

Afinal, o que representa o neoliberalismo como política econômica em um país dependente? No fundamental, uma inserção passiva na ordem econômica internacional ditada pelos países capitalistas centrais, pelas grandes corporações transnacionais. Quem define o papel do país, o que produzirá etc não é a sua própria população mas a dinâmica do capitalismo internacional.

O padrão da concorrência interimperialista vigente atualmente dá uma pequena mostra do que pode se dar com relação a um país dependente. É exemplar a disputa entre os Estados Unidos e o Japão na estratégia industrial de circuitos integrados (os "chips", a matéria básica para toda a indústria de base microeletrônica).

O Japão avançou consideravelmente no setor, a ponto de ter ultrapassado em 1986 os Estados Unidos e assumido a liderança mundial. O avanço contínuo da indústria japonesa ameaça hoje o simbólico "Vale do Silício", a tal ponto que estimula a revista **Business**



Week (5/2/90) a pedir uma política governamental para o setor, com fundos públicos para financiar as indústrias americanas de alta tecnologia, pois se fossem deixadas a si mesmas não conseguiriam resistir à concorrência internacional.

Se a indústria americana de alta tecnologia não consegue concorrer com a japonesa, o que esperar da brasileira, "exposta" à concorrência internacional?

Na América Latina, as políticas neoliberais têm obtido algum sucesso no combate à inflação, como na Bolívia e no Chile. Às custas de um ataque brutal aos trabalhadores, a derrota da inflação não tem sido acompanhada por retomadas significativas e estáveis do crescimento econômico. Guardadas as proporções, não há porque ser diferente na economia brasileira.

Atraso tecnológico

Os requisitos para um relançamento do crescimento da economia no Brasil são enormes. A brutal falência do estado no Brasil leva a uma deterioração assustadora da infra-estrutura: eletricidade, comunicações, transporte, para não citar os setores sociais, requerem investimentos de peso.

O atraso tecnológico gigantesco em uma era de profundas transformações tecnológicas exigem investimentos pesadíssimos apenas para criar uma indústria que viabilize o espraio de uma nova base técnica pelo parque produtivo do país. Afinal, estamos tratando de um relacionamento do crescimento econômico em uma época dominada pela microeletrônica, pelos novos materiais e pela biotecnologia. Não estamos mais na era da eletromecânica. Não avançar nessa direção é ampliar as condições para a exposição da econo-

mia nacional a um "sucateamento" generalizado.

O projeto neoliberal não apresenta respostas a essas questões, ao não indicar precisamente quais as fontes que financiarão esses elementos indispensáveis para um novo ciclo. A confiança desmedida nas forças do mercado não parece se justificar: o capital privado nacional não tem dado mostras de estar capacitado a bancar essa retomada. Sua incapacidade fica à prova em um setor estratégico como a informática onde, apesar de todos os incentivos e da reserva de mercado, não deu mostras de conseguir algo acima de piratarias mais ou menos sofisticadas.

Já o capital estrangeiro não parece interessado em desempenhar esse papel: a crise internacional persiste, a direção do fluxo internacional de capitais prossegue mantendo-se em direção aos principais centros imperialistas, a execução do figurino do FMI não tem sido uma garantia da retomadas dos investimentos estrangeiros (veja a Argentina e México, por exemplo).

Alternativa

Fica assim à mostra a grande debilidade do projeto neoliberal para os países dependentes e para a presente fase de crise em escala internacional: a falta do capital privado nacional e do estrangeiro mantém o papel da intervenção do estado, mas ela deve ser minimizada. A economia fica condenada a marcar passo: o sacrifício da recessão é em vão.

A alternativa democrática e popular parte de pressupostos diametralmente opostos: a privatização do estado e a extorsão imposta pela dívida externa determinam a dinâmica da crise. E propõe que o modelo econômico passe a ser baseado em um processo de crescente desprivatização do estado, passando o seu controle à sociedade e aos trabalhadores. O fim do pagamento da dívida externa e uma mudança radical da dívida interna gerariam recursos para a imediata aplicação na retomada do crescimento econômico e na viabilização da promoção de justiça social.

Os recursos para esta retomada existem na economia brasileira, concentrando-se nas mãos da grande burguesia. A penalização deste grande capital poderia sustentar uma superação da crise com um custo social menor, dispensando o confisco dos trabalhadores e setores médios e a recessão. É a partir desse horizonte que nossa política em relação ao Plano Collor deve ser definida.

Editorial

Terceiro turno

O Plano Collor atualiza e acelera os ritmos da disputa pela saída da crise.

O PT tem diante de si o desafio de enfrentar o Plano Collor a partir da condição de um partido que se constituiu como alternativa de governo para 31 milhões de brasileiros.

Não pode e nem deve se impressionar com as ilusões populares da primeira hora. O Plano Collor agride as condições de vida da grande maioria dos brasileiros. Existirá, portanto, uma base social amplíssima para trabalhar a oposição ao Plano Collor quando a dura realidade econômica emergir dos holofotes derramados na sua edição.

A evolução da consciência e da atitude desta massa de trabalhadores brasileiros pelo Plano não será linear. E dependerá em grande medida das opções que tomarmos no próximo período.

Uma alternativa

A força do Plano Collor está em grande medida em se reivindicar a única saída possível para a desesperadora situação de hiperinflação crônica que as classes dominantes lançaram o país nos últimos meses. A promessa de um Brasil sem inflação move montanhas para quem teve de conviver com o inferno cotidiano da hiperinflação.

Esta idéia-força — a de que o Plano Collor era a única saída — é alimentada pelo círculo de ferro da ideologia neo-liberal e pela convicção expressa pela grande maioria dos economistas de que a recessão era inevitável, impunha-se como o remédio amargo mas inelutável. O que discutem é apenas o grau de recessão que seria recomendável.

Ora, partilhar esta convicção é adotar o horizonte das classes dominantes como limite de visão. É dissolver opções de classe em alternativas técnicas de política econômica. É se dar por derrotado antes mesmo de travar a luta. Todos sabem que a recessão traz o

arrocho salarial assim como a nuvem traz a tormenta.

A nota aprovada na direção executiva nacional do PT tem o primeiro mérito de trazer um posicionamento vigoroso e nítido contra o Plano Collor e submetê-lo a uma crítica classista.

Tem um segundo grande positivo de apontar didaticamente alternativas às medidas contidas no Plano Collor no plano da defesa do emprego, do salário, do controle de preços, da reforma monetária, do ajuste fiscal, da reforma patrimonial e administrativa, da oposição ao plano de privatizações. Prescreve ainda medidas de reforma agrária e em relação à dívida externa, temas que são ignorados no Plano Collor.

É fundamental, no entanto, que estas medidas ganhem um corpo coerente de política econômica alternativa, passível de ser apresentada à sociedade como Plano que enfrenta o processo hiperinflacionário a partir da preservação dos interesses dos trabalhadores e ferindo fundo os lucros do grande capital, em suas várias esferas.

Se não se constrói um eixo próprio e alternativo, corre-se o risco dos esforços de resistência ao Plano Collor se diluam em várias lutas setoriais e dispersas que não conseguem se unificar.

Dinâmica da CUT

A linha de confrontos localizados não nos interessa. O próprio Plano parece fazer uma diferenciação nos ritmos de enfrentamento: primeiro, os funcionários públicos; depois, os trabalhadores das estatais e, finalmente, o conjunto dos assalariados com a definição do índice de pré-fixação dos salários que indicará uma perda correspondente ao mês de março.

Será um grande erro se a CUT optar por responder ao ataque unificado de

Collor armando linhas de resistência setoriais.

Há, decerto, elementos que possibilitam a deflagração de uma grande jornada nacional de lutas dos trabalhadores. A definição do índice de pré-fixação dos salários pode se configurar como uma "data-base" nacional; as medidas provisórias que abrem o processo de privatização às estatais devem ser de um ataque concentrado; a defesa dos pequenos poupadores lesados é outra campanha que pode galvanizar larga parcela dos assalariados.

A dinâmica de uma luta setorializada por parte do movimento sindical transferirá automaticamente o palco das decisões e negociações para o Congresso, onde os trabalhadores enfrentam uma correlação de forças extremamente desfavorável e onde o poder de cooptação de Collor é enorme. Ao movimento sindical, caberia, então, nesta hipótese o mero papel de pressionar para evitar na margem as enormes perdas que serão impostas aos trabalhadores.

Se, ao contrário, a CUT imprime à luta contra o Plano Collor, a dinâmica de uma jornada nacional de lutas, a ação parlamentar do PT, dos parlamentares dos partidos que compuseram a Frente Brasil Popular, dos setores progressistas do PDT, do PSDB e PMDB ganharão uma nova dimensão.

Luta democrática

O Plano Collor só conseguirá se implantar por força de uma enorme concentração de poderes no executivo e por uma repressão agressiva contra os trabalhadores.

É flagrante que as suas medidas centrais violam as próprias leis da Constituição da "Nova República". Submetem com força o poder judiciário e pressionam a base fisiológica do Congresso Nacional a uma atitude de completa submissão.

Ao contrário do que argumentam vozes liberais — após o episódio de invasão do jornal *Folha de São Paulo* e prisões efetuadas ao completo arrepio da legalidade constituída — há uma evidente e inseparável continuidade entre a violência econômica do Plano e sua implementação policial.

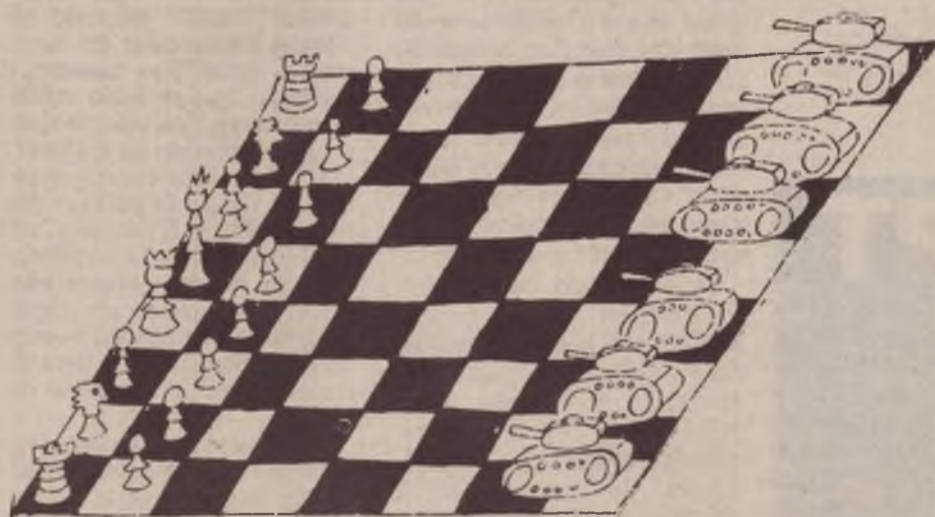
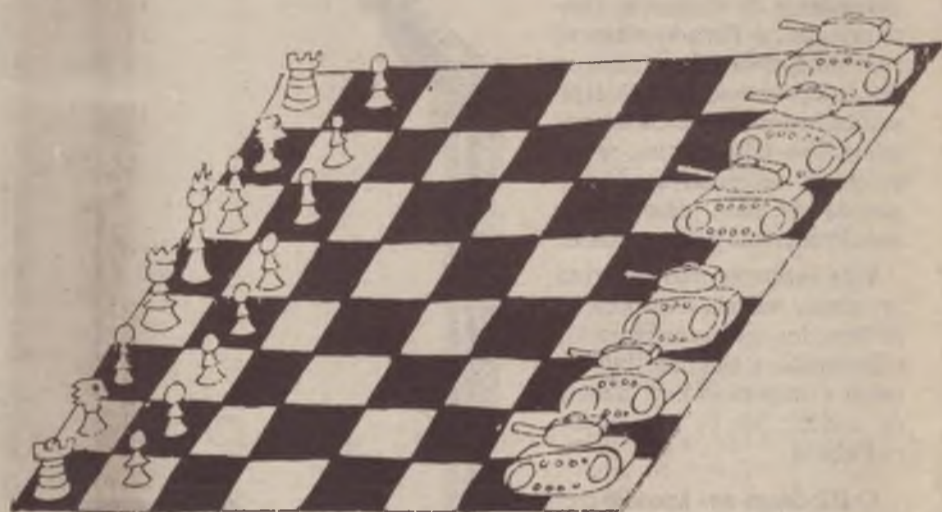
Da mesma forma como se impôs como candidato único das classes dominantes no segundo turno — usufruindo até de uma liberdade de movimento em relação às suas várias frações do grande capital para poder representar melhor o conjunto de seus interesses — Collor, agora no governo, quer se impor como árbitro supremo de seus interesses materiais. A reforma monetária ao centralizar nas mãos do governo uma enorme massa de dinheiro, lhe dá efetivamente um enorme poder de negociação junto aos vários setores do grande capital.

Assim como agiu na campanha, Collor age no sentido de costurar esta obediência passiva das classes dominantes a um desempenho abertamente demagógico em relação aos setores mais pauperizados e desorganizados da população.

Esta dinâmica tem um sentido claro de populismo de direita, de despotismo esclarecido, tanto mais perigoso quando se tem em conta que ele se move em um ambiente de grave crise nacional.

Atribui-se ao Plano Collor ousadia do personagem que lhe dá o nome. Isto é apenas uma meia-verdade e uma meia-explicação: Collor e seu plano são filhos legítimos desta crise que tensiona até o limite a sociedade brasileira.

Para bater-se com ele, para estar à altura da situação, é preciso que os trabalhadores ajam com a ousadia de perspectiva e de métodos, entendendo o combate ao Plano Collor como uma disputa sobre qual governabilidade vai se instaurar no país, em qual direção a crise vai se resolver.



7º Encontro Nacional do PT

Os dez anos de construção do PT mostram que os petistas souberam fazer avançar esta que é a principal conquista política dos trabalhadores brasileiros: a sua organização política independente da burguesia. Neste período, o Partido manteve sua independência, reforçou seu compromisso com as aspirações históricas da classe trabalhadora e constituiu-se na principal alternativa da esquerda do país, desenvolveu sua democracia e sua unidade.

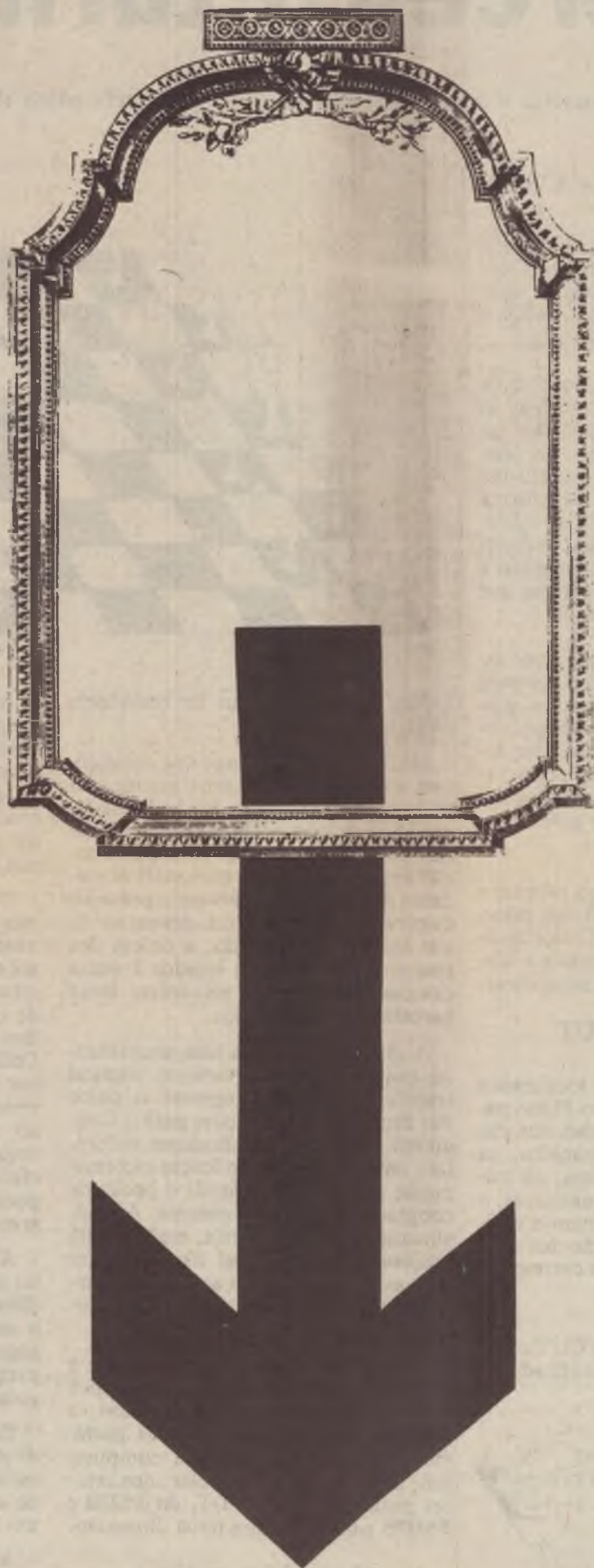
Esta evolução não foi fruto do acaso: refletiu a disposição de luta dos setores explorados e oprimido e também um intenso e imprescindível debate de concepções de construção partidária.

O PT chega aos anos 90 credenciado — pela sua história, pelo seu programa, e pela combatividade da classe trabalhadora — como uma força política autenticamente socialista, capaz de exercer um forte papel internacional. É o partido chamado a dirigir as esperanças transformações reais do país.

Esta trajetória tornou inadiável um exame crítico, profundo, da estruturação do Partido, da sua organização, tendo em conta os objetivos estratégicos já definidos e os avanços programáticos que lhe são cobrados neste momento.

A organização partidária deve expressar a compreensão do Partido sobre suas tarefas políticas, seu programa geral, a relação com sua base social e a sociedade, e também sua apreensão crítica da história dos partidos que se reclamam do socialismo. Não se trata apenas de uma questão de eficácia organizativa imediata, mas de eficácia para atingir os seus objetivos estratégicos.

Já no V Encontro Nacional foi identificada a **crise organizativa** do PT. Hoje esta crise é



Construção do PT e estratégia socialista

mais clara e tem sua origem precisamente no distanciamento (e, portanto, ineficácia) da sua forma organizativa face aos objetivos estratégicos e à própria concepção de partido.

Dois aspectos marcam esta **contradição**:

1) O PT se define pelo socialismo, compreende a diferença entre governo e poder e, por consequência, nas suas resoluções, subordina a luta institucional à organização independente dos trabalhadores e à estratégia mais geral de conquista do poder.

Isto, no entanto, não tem se refletido na organização partidária, que continua motivada principalmente pelo calendário eleitoral e pela conquista de postos na institucionalidade. Mesmo os momentos em que a disputa institucional pode ser transformada em disputa de projetos de classe, e em lutas políticas de massa, como se deu na campanha presidencial, não são plenamente explorados e capitalizados, dado o **estreitamento institucionalista** que sofre a nossa forma organizativa: o partido cresce pouco em termos de força organizada, embora cresça muito em termos eleitorais: impulsiona pouco as lutas de massa embora seja daí que retira sua energia social.

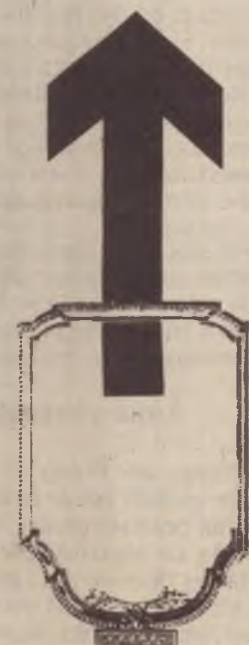
2) O PT se define e se construiu pela democracia interna. No entanto, hoje sua base militante e mesmo os setores intermediários do partido encontra-se pouquíssimos organizados, informados e formados politicamente. O Partido se dissolve abaixo das direções. Não criou estruturas vertebrais e intermediárias; enfraqueceu suas instâncias de coordenação nos movimentos; deixou cair no esvaziamento os núcleos de base. O acúmulo político-organizativo se dá quase que exclusivamente ao nível das direções, reduzindo radicalmente o alcance das diretrizes políticas, da intervenção nas lutas sociais e até mesmo o sentido de unidade partidária. Criou-se um hiato entre a militância dos petista na luta social e a militância partidária.

De outro lado, outro aspecto essencial da democracia partidária, o direito de tendência e a proporcionalidade ainda está a meio caminho: o primeiro ainda por ser regulamentado democraticamente; o segundo por ser estendido à executiva nacional.

Este quadro geral indica que

a democracia interna foi reduzida à sua forma **eleitoral** a organização interna praticamente transformada num sistema de eleições (encontros) e delegação de poder.

Diretrizes de reorganização



O PT é um partido estratégico. Esta afirmação, consensual entre os petistas, não apenas se contrapõe às idéias de partido transitório (para viabilizar outro projeto partidário) ou de frente política, mas guarda também o sentido de partido que existe para cumprir o papel estratégico de conduzir à vitória a luta pelo socialismo.

Esta compreensão do caráter do PT é o que deve determinar os rumos de sua construção.

O V Encontro Nacional do PT avançou a elaboração do partido nesta direção: superou a tradicional idéia de partido como “reflexo” dos movimentos sociais (espécie de “braço parlamentar do movimento social”) e também a confusão que se fazia comumente entre “partido de quadros” e “partido de massas”. O PT deveria se constituir como um dirigente político dos trabalhadores. E para isso, um partido organizado e militante, com quadros organizadores, e, ao mesmo tempo, capaz de organizar as massas e servir de referência política para os trabalhadores e a maioria do povo.

A partir daí, o V Encontro desdobrava uma série de medidas de construção que chamava de “revolução” organizativa na construção partidária.

Tensões

Hoje, no entanto, vemos que o quadro orgânico do PT não se revolucionou. Ao contrário, como afirmamos, passa por uma crise originada na contradição entre estratégia socialista e forma organizativa e marcada pelo estreitamento institucionalista e pela redução da democracia interna à sua forma eleitoral.

É preciso enxergar autocriticamente que a forma organizativa atual serve a uma prática política partidária marcadamente institucional, embora tensionada com frequência pela luta social, pela militância petista que permanece ativa nos movimentos, pela linha geral das resoluções partidárias que subordina a conquista de postos institucionais à estratégia socialista, e pela ação consciente de vários setores petistas no rumo de um partido socialista e revolucionário.

Hoje devemos expor esta tensão partidária, reconhecê-la como benéfica para a recuperação do caráter estratégico do PT em toda a sua plenitude.

A revolução organizativa preconizada pelo V Encontro devemos agregar, como condição, uma revolução na prática política partidária: vale dizer, a afirmação e o desenvolvimento do PT como Partido Revolucionário, que luta pela hegemonia e pela revolução socialista num mesmo processo histórico.

A afirmação do PT como partido revolucionário coloca a necessidade de restaurar diretrizes fundamentais de organização partidária (em parte estabelecidas no V Encontro) e desenvolvê-las.

Assim, devemos consolidar cinco diretrizes centrais:

— **Um partido com identidade política-programática**, expressando a sua concepção de socialismo e dos meios de alcançá-lo. Hoje o PT, sendo coerente, deve desenvolver esta identidade e não desviar-se do seu acúmulo programático. E isto indica não só a necessidade de firmar a sua compreensão de um socialismo democrático e internacionalista mas também a sua crítica radical ao Estado burguês e o desenvolvimento dos caminhos para a revolução socialista.

Este rumo estratégico determina um **perfil organizativo** para o PT que é o de organizar a sua militância para a construção da alternativa de poder dos trabalhadores, num processo que abarca a ação institucional mas que não se restringe e nem se subordina a ela.

É assim, um perfil de partido com atuação "o ano inteiro" e não só nos momentos de eleição. Um partido de atuação na sociedade, junto ao povo, nas suas lutas, construindo a organização independente e avançando a consciência socialista, e não um partido que atua apenas nos locais reserva-

dos pelas classes dominantes para a disputa política (vale dizer, o parlamento e os executivos);

— **Um partido que se capacita como dirigente político coletivo**, o que significa exercer um papel de vanguarda política, reconhecendo que a luta de classes, movendo-se em um terreno de contradições objetivas, não é um processo de choque de forças cegas. Ao contrário, é um processo no qual intervêm forças conscientes dos seus objetivos e é no terreno político-ideológico, mais que qualquer outro, que se expressa esta realidade.

Assim, a organização partidária deve ser capaz de elaborar e enxergar à frente, de superar a alienação e a segmentação da visão da sociedade impostas pela dominação de classe da burguesia. E deve ter o sentido de reunir as camadas conscientes dos trabalhadores e do povo dispostas a lutar pela transformação socialista.

— **Um partido que se constrói democraticamente**, que é a condição básica para uma real unidade partidária. Isto significa a integração e integração efetiva e permanente da base partidária à construção política e organizativa do partido: com poder de influência, com meios de aprimorar sua formação e o seu nível partidário.

Significa também a legitimidade de diferença no interior do partido, a rejeição do autoritarismo monolítico. O debate interno e a organização interna dos militantes para defender suas posições, num quadro de unidade organizativa, são elementos centrais para o aprimoramento de posições do partido e para efetiva unificação partidária dos militantes identificados com a conquista do socialismo.

Esta concepção de democracia interna **militante** opõe-se à democracia eleitoral que vem caracterizado o funcionamento partidário.

— **Um partido com implantação nos setores fundamentais da sociedade**, ou seja, nos setores objetivamente interessados na transformação socialista. Isto significa a presença partidária no proletariado industrial, junto aos trabalhadores rurais e pequeno-proprietários do campo, junto às massas pobres da cidade; junto às camadas médias assalariadas, aos intelectuais, à juventude, às mulheres em luta, enfim, junto ao arco social dos setores em luta por sua emancipação.

O PT já conta em suas fileiras com os militantes mais reconhecidos destes movimentos e com a simpatia da sua base. Mas além disso, o que é preciso é a presença "capilar", o enraizamento, e a expressão da ação política destes militantes como **ação política de partido**. É esta a condição que nos permitirá, ao lado da atuação política geral do PT, chegar à base dos setores sociais funda-

mentais para o projeto socialista, ou seja, fazer com que a mensagem do partido alcance setores não organizados, disputando-os frente à manipulação e à alienação promovidas pelas classes dominantes.

— **Um partido que impulsiona a organização independente e autônoma**, repudiando o autoritarismo de partido e sendo um propulsor da auto-organização. Este é um aspecto cada vez mais decisivo para o PT: à medida que o partido cresce e ganha assento na institucionalidade, é necessário reforçar ainda mais a autonomia dos movimentos e a perspectiva de auto-organização. Isto se fortalece especialmente nos locais governados pelo PT, onde na ausência de uma atuação **em separado e diretamente** do partido nos movimentos e na sociedade, o que pode ocorrer é a cooptação, o desarmamento político-organizativo dos movimentos, com consequência desastrosas até mesmo para a correlação de forças nos locais governados pelo PT.

Não só no plano dos objetivos estratégicos o PT marcou sua distinção frente a estas alternativas presentes no movimento dos trabalhadores. Também no que toca à forma organizativa o PT guarda distância.

O "modelo" estalinista, hoje bem conhecido, caracterizou-se pelo monolitismo e exclusões a nível interno e por uma relação amuladora de qualquer autonomia de base social. No plano teórico, por uma esterilização do pensamento socialista, transformando-o em instrumento de justificação de uma prática política opressora.

O "modelo" socialdemocrata, hoje escondido pela tragédia estalinista, também foi marcado por exclusões e choques com os interesses dos trabalhadores. Seu objetivo de transformar a sociedade por dentro do Estado acabou por transformar os partidos socialdemocratas em partidos institucionais, com sua base ativa apenas no período de disputas eleitorais, com o seu "braço sindical" reduzido ao economicismo, e enfim, à subordinação do partido à sua representação seja no parlamento, seja no executivo.

Nos dois casos, tratam-se de "modelos" adequados aos seus objetivos estratégicos. O estalinista à conservação de um poder originário dos trabalhadores mas exercido contra eles; o socialdemocrata, adaptado à subordinação dos interesses dos trabalhadores à institucionalidade e ao Estado burguês.

Ambos fracassaram enquanto instrumentos de reunião e organização da vanguarda dos trabalhadores e caracterizaram-se por sucessivas cisões e exclusões, por um regime antidemocrático de funcionamento.

Um plano de vôo

As medidas que, adotados de forma coerente e conjugada, podem gerar uma verdadeira "revolução organizativa" no partido.

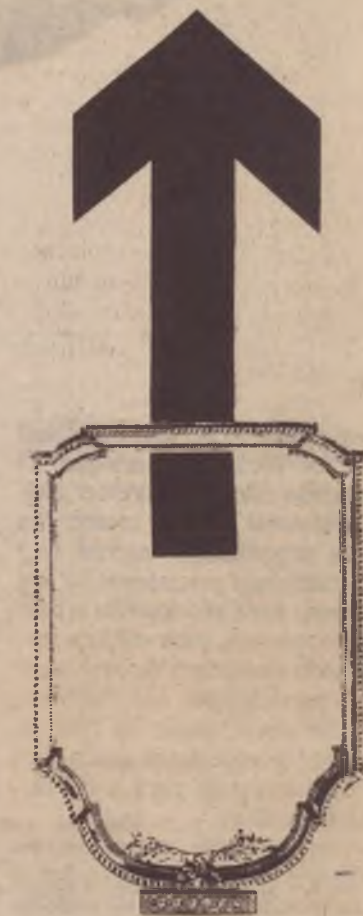
A primeira questão refere-se ao problema da construção das instâncias de direção e a sua relação com a base do partido. Atualmente não existem canais de relação entre estas instâncias (que são basicamente os diretórios) e a base militante do PT. As principais medidas que propomos são:

— a organização de direções setoriais dos movimentos sindicais, populares e outros movimentos sociais (mulheres, negros, estudantes, juventude etc.) As secretarias hoje existentes praticamente se limitam à pessoa dos responsáveis e à existência de coletivos com pouca condição de inserção nas tarefas de direção destas frentes de intervenção. **Estes coletivos (indicados por deliberação das direções) deverão construir plenárias setoriais que envolvem a militância específica e deverão ter um funcionamento com periodicidade e relacionada com a organização de núcleos de base em cada setor;**

— a fim de que haja um canal de comunicação direta da direção com a militância e com os simpatizantes do partido, ou mesmo com os militantes do movimento social devemos partir imediatamente para a produção do jornal nacional do PT. **Este jornal deverá voltar-se basicamente para a orientação da militância e filiados e para a divulgação das posições do PT sobre os acontecimentos da conjuntura.** Como forma de garantir a sua viabilidade este jornal deverá ser sustentado pela venda de assinaturas e pela definição de cotas pagas pelas direções estaduais.

— além deste mecanismo é necessário também adotar a proposta de garantir a ampliação da tiragem da revista de debates, com temas de maior profundidade (papel que hoje é cumprido pela Teoria e Debate) e de melhor definição do boletim organizativo (o que deveria ser feito pelo boletim nacional). Estes três veículos poderão cumprir um papel central na construção do PT.

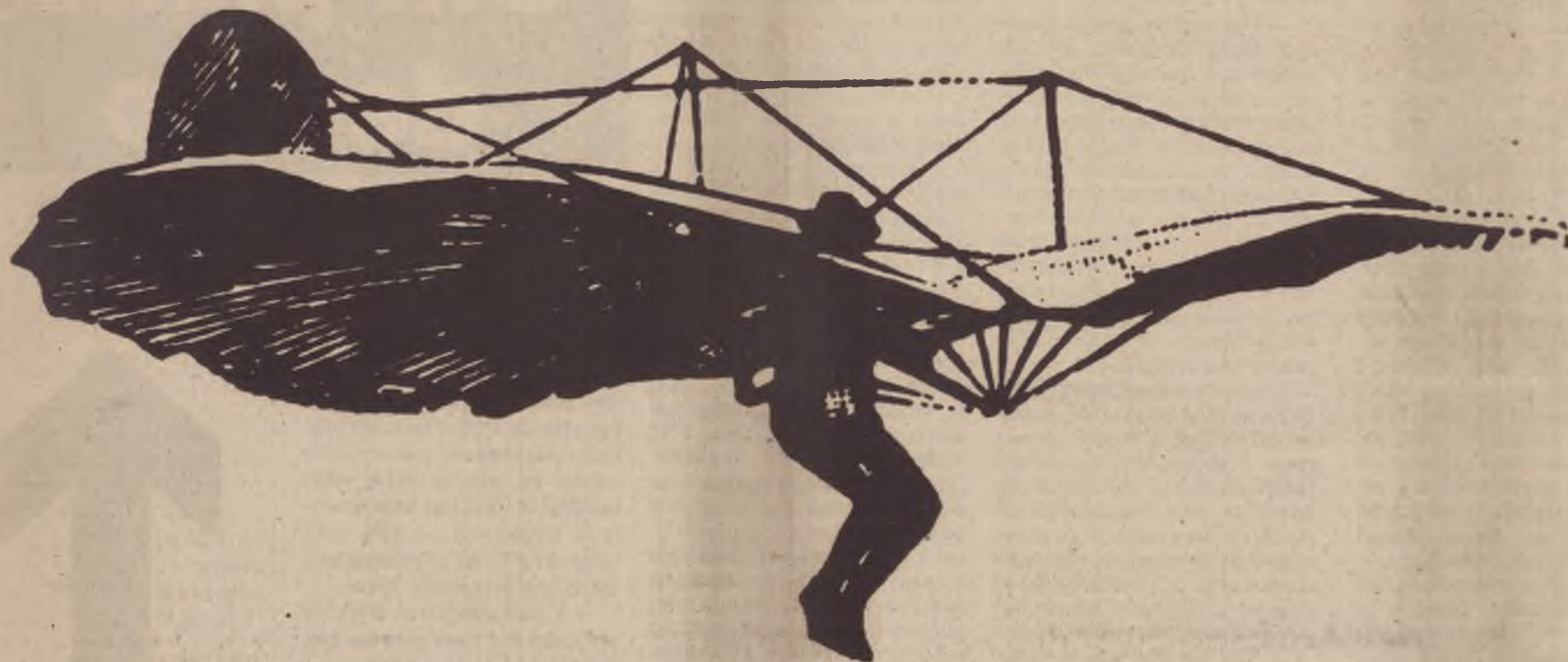
— também com a finalidade de reforçar o processo de cons-



trução das instâncias de direção (sejam as instâncias gerais — os diretórios ou as setoriais), de vemos adotar a definição da criação da **Escola Nacional de Formação do PT**. A criação desta escola não objetiva a substituição dos convênios que o PT mantém hoje com centros de formação, que deverão existir para garantir a multiplicação de mecanismos de formação da militância, principalmente a militância da base partidária. **O objetivo principal desta escola deverá ser o de formar os quadros dirigentes do PT, de garantir a acumulação organizada e de dar respostas teóricas aos problemas principais com os quais o partido se defronta** (sejam problemas de construção, de definições políticas mais gerais etc). A Escola nacional deve articular Escolas regionais e um amplo sistema de formação política petista.

Núcleos de base

A segunda questão refere-se ao problema da organização da base militante do PT. Em



entrevista ao Boletim Nacional de fev/90, Lula afirma que "O partido não pode crescer eleitoralmente e não crescer na sua organização interna (...) eu acho que precisamos ter um tempo para reorganizar o partido, ou seja, para voltar a fortalecer os núcleos de base, nossa participação nas fábricas, fazer um processo de filiação muito grande, para que a gente possa trazer para o PT outros quadros".

As medidas anteriores de fortalecimento das direções e de criação de canais de relação entre as direções e a base militante visam construir a coluna vertebral do partido. No entanto, isto não é suficiente se não tomamos medidas claras na organização da base do partido. Desde a sua criação o PT tem definida a proposta de organização de núcleos de base, como forma privilegiada de organização da base.

A construção das instâncias de organização de base só se viabilizará quando os núcleos puderem ter vida efetiva não apenas nos processos de decisão internas ao partido mas também puderem se instrumentalizar para a intervenção política nos movimentos. Isso exige que o partido construa os instrumentos que potencializem a discussão e atuação política dos núcleos (imprensa, boletins, definição de linhas setoriais, campanhas políticas) e incentive os mecanismos de participação dos núcleos, através de plenárias, coordenações etc.

Regulamentação das tendências

A terceira questão refere-se

à participação proporcional nas instâncias executivas de direção e à regulamentação do direito de tendências.

A proporcionalidade, que já é uma prática a nível regional e municipal mostra ser um elemento de fortalecimento e unificação — ao contrário de fracionamento, como já se argumentou em debates anteriores.

É preciso agora estender esta prática à Executiva Nacional e formalmente incluí-la como norma regimental.

Ao mesmo tempo, cabe também regulamentar o direito de tendências, tendo por base a resolução de procedimentos básicos para o registro e reconhecimento das tendências: plataforma política, representantes junto à direção partidária, forma de funcionamento e reconhecimento pela Direção Nacional do PT (com base na resolução do V Encontro).

Estas medidas são inerentes à compreensão da democracia partidária. São reforçadas pela crítica radical aos regimes e partidos burocráticos do leste europeu: nossa concepção de socialismo está estruturalmente ligada à democracia, que também se realiza no quadro da construção partidária.

Democracia nas convenções

A quarta questão que exige medidas também claras no sentido de sua resolução é a atual concepção de organização das convenções de base (municipais ou zonais). A situação atual, em que são realizadas convenções que praticamente não há debate político e que levam a uma participação desorganizada dos militantes e simpatizantes do PT, muitas

vezes com práticas manipulatórias, é insustentável.

Muitas vezes é feita a defesa deste tipo de convenção baseada no crescimento e influência de massas do partido. Contudo, este tipo de prática jamais terá como consequência o processo de organização da base. Pelo contrário, será sempre um reforço à desorganização. Por não privilegiar a organização e o debate enfraquece a própria democracia e capacidade de combate do partido.

Neste sentido, propomos a alteração na organização das convenções garantindo-se tempo de debates, prazos de inscrição na convenção para participar das votações, prazos de deliberação. Além destas medidas que deverão ser regulamentadas, devemos também reforçar medidas que privilegiem o peso de deliberação à participação no partido: a exigência de estar em dia com as finanças do partido, a participação em reuniões de frentes setoriais, de núcleos, ou em plenárias do partido.

Bancadas parlamentares

O PT tem experimentado um crescimento bastante grande em suas bancadas parlamentares (em seus vários níveis). Este crescimento revela o crescimento da influência política de nosso partido. Contudo, tem gerado também vários problemas importantes: o principal deles refere-se à autonomia política destas bancadas e à pressão que exercem muitas vezes sobre as direções partidárias (em vários momentos as bancadas adotaram posições diferentes das direções e

chegaram a alterar resoluções de direções).

Como medidas práticas, propomos que as direções devem definir posições de acompanhamento das bancadas em seus respectivos níveis, definindo orientações, discutindo os problemas envolvidos de forma a se relacionar diretamente com as bancadas.

Isto deve ser reforçado através de membros das direções que tenham explicitamente a tarefa de acompanhar o funcionamento coletivo das bancadas. Também como consequência disto é necessário que haja maior controle político das direções sobre as bancadas partidárias. Este controle também deve ser exercido sobre os recursos materiais dos gabinetes parlamentares, que não podem se transformar em aparelhos que concorram (ou às vezes superem) os aparelhos das direções partidárias.

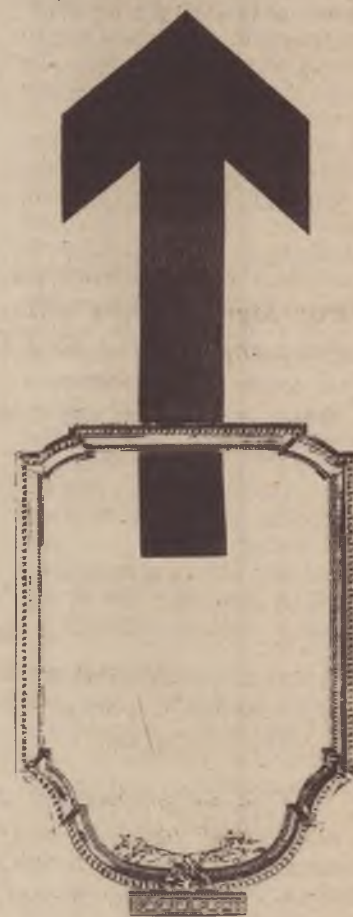
Administrações populares

a relação do PT com os governos que conquista deve ser alterada.

Em primeiro lugar, o Partido deve reforçar sua atuação direta nos movimentos e junto ao povo. Não é admissível que o Partido recue sua intervenção e que seja apenas visto como governo. Além de reduzir a atuação partidária aos limites institucionais, isto levaria a uma renúncia da luta pela auto-organização e pelo avanço de consciência dos trabalhadores e do povo. O PT deve atuar de modo que a vitória eleitoral obtida seja apropriada efetivamente pelo povo.

Em segundo lugar, é preciso

que prevaleça, na relação entre o PT e as equipes de petistas na direção dos governos, o projeto político do partido. Em geral os governos petistas vem se autonomizando frente ao partido. Se devemos rejeitar um dirigismo partidário, por outro lado cabe enfatizar o caráter dirigente do PT. Uma nova relação deve ser estabelecida, que envolva, o papel dirigente do PT na definição das diretrizes políticas de governo e na definição de composição do governo, assegurando o prevalecimento das orientações gerais do partido para a ação política na sociedade.





Nicarágua

Dias difíceis para a revolução

Sérgio Rodrigues

A derrota eleitoral da Frente Sandinista de Libertação Nacional, no dia 25 de fevereiro de 1990, marcará a história da esquerda revolucionária, especialmente na América Latina.

O triunfo da revolução sandinista em 1979 significou o início de um processo de recomposição, inaugurando uma etapa de transformação na correlação de forças entre o imperialismo e a luta de libertação nacional e entre a esquerda reformista e a esquerda revolucionária no seio do movimento operário.

Se este período, em julho de 1979, não se fecha, hoje seu futuro aparece mais incerto após a derrota eleitoral sandinista.

A crise nos países pós-capitalistas pesa sobre a elaboração de diferentes hipóteses estratégicas. Para a maioria da esquerda revolucionária, isto que se chama o "campo socialista" jogava um papel fundamental: era a retaguarda da revolução. Estes setores criticavam privadamente as burocracias do Leste, mas, pública e oficialmente, mantinham uma atitude totalmente acrítica em relação a eles.

Hoje, o "campo socialista" não existe mais enquanto tal, gerando uma espécie de vácuo político, pois os novos processos no Leste não definiram ainda uma posição clara face ao imperialismo e às lutas do Terceiro Mundo.

A derrota da FSLN será utilizada pelo imperialismo e pelas burguesias nacionais latino-americanas como uma nova demonstração do fracasso do socialismo e da inutilidade da revolução. De acordo com eles, a revolução não só não foi capaz de livrar a economia nicaraguense de seu subdesenvolvimento como jogou o país na pior crise de sua história.

É necessário enfatizar que esta derrota representa uma vitória da política dos "conflitos de baixa intensidade" dirigida pelo imperialismo. Se é verdade que a contra-revolução foi militarmente arrasada, o sandinismo pagou um preço impressionante neste terreno como no campo econômico e so-

cial. Os Contras não conseguiram ganhar o apoio das massas que lhes teriam permitido se instalar em uma zona sob controle da Nicarágua, mas preparou o caminho para o triunfo da União Nacional de Oposição (UNO).

Guerra mortífera

Os custos humanos desta guerra são impressionantes: mais de 50% do orçamento nicaraguense foi consagrado à defesa; a guerra fez setenta mil mortos e milhares de feridos. Praticamente todos os lares nicaraguenses contam um morto, um ferido ou destruições materiais. Esta situação pesou fortemente sobre a consciência da população que votou pela UNO, acreditando assim cessar a guerra e abolir o Serviço Militar Patriótico (SMP).

Face ao descontentamento da população, os sandinistas foram obrigados a antecipar as eleições para buscar uma legitimidade e uma hegemonia que impedisse a continuidade da política de agressão do imperialismo norte-americano. "O objetivo da FSLN é o de ganhar as eleições com 70% dos votos para manter uma maioria no executivo e no Parlamento. Para isto, o presidente utiliza uma linguagem compreensível para todos os nicaraguenses, a do baseball: "é necessário jogar a bola nem para a direita nem para a esquerda, mas para o centro." (1)

Esta citação reflete de forma bastante exata a estratégia eleitoral escolhida pelos sandinistas: era necessário obter uma forte maioria a partir de um discurso simples, despido de ressonância esquerdista, em uma campanha onde desapareceram os uniformes militares. Mas este antídoto não foi eficaz para responder aos receios de uma franja importante da população que não pode ser qualificada de anti-sandinista, mas que duvidava que os sandinistas fossem capazes de pôr fim à guerra.

Um outro elemento chave desta derrota foi a situação econômica que atravessa o país. O desenvolvimento da hiperinflação subverteu toda a economia. As cifras são elo-

quentes: em 1985, a inflação era de 334,5%; em 1986 de 747,4%; em 1987 de 1347,2%; em 1988 ela atingiu a taxa incrível de 36.000% e em 1989 caiu para 1.700%. Isto mostra bem a pressão que sofreu a economia nicaraguense. Evidentemente, são os setores populares que mais pagaram o preço da gestão econômica do governo da Frente Sandinista.

Em seu livro *Nicaragua*, Oscar René Vargas escreveu: "O Produto Interno Bruto recuou para o nível do final dos anos cinquenta, enquanto que o PIB por habitante caiu ao nível dos anos quarenta. De acordo com as cifras oficiais, se em 1980 o poder de compra era de 100, no fim de 1988 ele era de 3,7. O que mostra a queda vertiginosa do nível de vida da população. Este elemento pode influenciar os votos das eleições gerais de fevereiro de 1990. "Este prognóstico mostrou-se mais exato do que pensava o seu próprio autor.

Embora a taxa de inflação tenha se reduzido no primeiro semestre de 1989 graças a uma política de austeridade (na melhor tradição do Fundo Monetário Internacional), o nível de vida das massas não melhorou. A inflação atingiu 792% no início do ano, mas os salários não aumentaram senão 120%; pior ainda, o índice de preços dos produtos de primeira necessidade aumentou em 927,56%.

Economia asfíxiada

Esta política (que conhecem bem todos os países da América Latina) foi aplicada na Nicarágua de forma diferente. Enquanto o FMI impõe os programas de austeridade como condição para novos créditos, a Nicarágua não teve acesso a nenhum tipo de financiamento. A ajuda econômica e militar dos Estados Unidos e El Salvador foi de 1.630,8 milhões de dólares entre 1983 e 1987 e de 3.769,8 milhões de dólares para o resto da região. A Nicarágua não recebeu um centavo (de acordo com as cifras do *Congressional Research Service* e da Agência Internacional para o Desenvolvimento). Se o financiamento



Destinos cruzados

Não era difícil encontrar lágrimas nos olhos dos companheiros do PT quando souberam, aturidos e feridos em sua emoção, da derrota eleitoral da Frente Sandinista.

Esta revolução nasceu na mesma época da fundação do PT. Foi a revolução de toda uma geração que iniciava a sua militância socialista.

Entre os petistas e os sandinistas sempre houve muito mais do que solidariedade internacional.

Houve sempre uma comunidade de destinos entre nós.

Passado o primeiro impacto da emoção, é preciso compreender o que se passou. Compreender as fortes determinações internacionais desta derrota eleitoral. Discutir fraternalmente as dificuldades e erros cometidos pelos companheiros da Nicarágua. E, principalmente, partilhar da integridade revolucionária com que os sandinistas estão enfrentando este momento crítico.



exterior era de 100 em 1985, em 1988 ele não foi senão de 12,75.

É necessário saber que o volume de divisas da agro-exportação também se reduziu: em 1979, ele era de 566,5 milhões de dólares enquanto que em 1988 ele foi de 235,7 milhões de dólares. A política de bloqueio econômico provou sua eficácia sobre um pequeno país pobre como é a Nicarágua.

Diante de uma tal situação, a questão que pode se colocar é a de saber se havia um outro modelo econômico possível na Nicarágua. Alguns poderiam pensar que a solução residiria na nacionalização da maioria dos meios de produção para impedir que os critérios de mercado incidissem de forma anárquica. Mas esta solução parece utópica. A Nicarágua é um país muito pequeno, com um dos mais baixos níveis de industrialização do mundo, com uma pequena capacidade de produção essencialmente voltada para o setor agro-exportador. A política de austeridade aplicada não foi a ideal, certos aspectos da política econômica poderiam ter sido corrigidos, especialmente no que concerne ao reinvestimento dos lucros, mas os dados fundamentais do problema continuariam.

É necessário explicar claramente o que significa o boicote imperialista, sob pena de nada compreender do que se passa

em um país como a Nicarágua que procurou fazer uma revolução radical e que conheceu graves dificuldades para construir uma sociedade diferente. Se acrescentamos a tudo isto o problema da guerra, o quadro se completa.

Pois o problema é complexo. Os países imperialistas conheceram uma modificação essencial nas relações de trabalho. A reestruturação econômica combinou grandes transformações tecnológicas e mudanças profundas na organização do trabalho. O questionamento do taylorismo permitiu uma nova organização nas empresas, o que provocou um aumento substancial da produtividade do trabalho. Tudo isso se realizou sem que a classe operária dos países imperialistas pudesse se opor.

Hoje, as políticas de austeridade econômica aplicadas nos outros países latino-americanos necessitam também de tais transformações... à diferença que elas serão aplicadas em economias devastadas pela crise. Os níveis de produtividade aumentaram de tal forma que arrastam estas economias para um subdesenvolvimento crescente.

Esta situação vale também para a economia da Nicarágua pois a reorganização do trabalho não afeta apenas somente a indústria, mas também a agricultura. Os níveis médios de produtividade do trabalho fixados para o Japão, a Alemanha Ocidental são mais elevados do que no passado. Nesta situação, a asfixia de uma revolução em um país pobre do Terceiro Mundo pelo imperialismo não pode ser evitada senão por uma resposta oportuna e firme dos trabalhadores dos países desenvolvidos. A revolução dos países mais po-

bres do Terceiro Mundo não pode avançar senão com o apoio dos trabalhadores dos países imperialistas.

Isto não significa que os sandinistas não tenham cometido erros no terreno econômico e mais precisamente no terreno social. A existência de uma camada de membros do aparelho de Estado que gozava de uma série de privilégios tornou-se uma realidade insultante. A abertura de lojas para diplomatas (as **diplotiendas**) onde podiam comprar certos funcionários nicaraguenses graças a tickets especiais, a preços inferiores aos do mercado, provocou o rancor dos mais desfavorecidos. Che Guevara já havia nos prevenido contra este perigo. Não pensamos que existia na Nicarágua uma camada social burocraticamente cristalizada mas não se pode negar os efeitos perversos destes fenômenos em um país devastado.

A fraqueza das organizações de massa criadas após a revolução é um outro elemento chave da derrota da FSLN, assim como a relação entre o Estado, o partido e as massas. As grandes organizações populares foram afetadas pela política econômica aplicada. Elas se encontraram assim diante de um dilema: deveriam ou se mobilizar para criar uma pressão capaz de alterar a política econômica do governo ou apoiá-la tornando-se assim simples instrumentos do Estado aos olhos do povo. As duas atitudes ocorreram.

Os "cara a cara com o povo" (reuniões abertas, organizadas pelas entidades de massa com dirigentes da FSLN ou membros do governo) eram freqüentemente preparados com o objetivo de fazer pressão sobre o governo e modifi-

car, mesmo que parcialmente, a política salarial ou de créditos. Daniel Ortega alterou assim uma série de medidas econômicas. Mas estas reuniões eram também a ocasião de apoiar ou mesmo festejar a política econômica, provocando uma rejeição popular.

Este descontentamento não era nem orientado nem organizado pela UNO — na nossa opinião, ele nunca foi. Mas uma rejeição surda e pouco perceptível se instalou.

O comício de encerramento da campanha de Daniel Ortega em Manágua reuniu centenas de milhares de pessoas (500 mil segundo as estimativas mais modestas); as mobilizações de Masaya, de Leon, etc, foram também importantes. Entretanto, muitos de seus participantes não votaram pela FSLN mas pela UNO; alguns já haviam tomado a decisão de votar por Violeta Chamorro e pelos candidatos de sua lista aos cargos legislativos ou municipais. O voto nas três eleições foi aliás bastante homogêneo. E, entretanto, muitas destas pessoas haviam participado nos comícios da FSLN.

Para isso há duas explicações: ou as pessoas votaram na UNO esperando que a FSLN ganhasse as eleições mas pensando que era necessário criar um contrapeso aos sandinistas ou foram constrangidas a ir aos comícios. Não participaram destes comícios porque alguém os obrigasse mas simplesmente por causa do peso do Estado sobre a sociedade e da existência de um partido do Estado. Os latino-americanos conhecem bem tal situação.

Não queremos em absoluto estabelecer uma comparação entre a Nicarágua e os regimes totalitários da Europa do Les-

te. Nada seria mais falso. Mas a FSLN reduziu o problema da construção de um país democrático ao problema do multipartidarismo e as eleições ao sufrágio universal secreto. Ela não desenvolveu uma democracia de outro tipo — cujos embriões estavam presentes no início da revolução — a qual é, entretanto, fundamental.

Os grandes setores da massa não podem aceitar uma política econômica e uma guerra como estas da Nicarágua sem ter a possibilidade de decidir de forma direta. A identificação entre as massas e o Estado não foi sufocada mas, na ausência de vasos comunicantes, a maioria dos trabalhadores do campo e da cidade não compreendeu as razões de certas medidas econômicas.

Hoje, a FSLN deve assegurar o objetivo da construção de poder popular democrático. Apenas um tal poder pode criar as condições para resistir a uma política de agressão imperialista, dando aos trabalhadores o papel de sujeitos de sua história e de seu futuro. Nas condições atuais da Nicarágua, a recuperação do governo pela via parlamentar pode mesmo passar pela consolidação deste poder.

Triunfo da UNO

O resultado das eleições surpreendeu não somente a FSLN mas também a UNO. As discussões no seio desta aliança foram sempre determinadas pelo lugar que teriam seus candidatos aos legislativos nas listas regionais e pela designação dos cinco primeiros nomes da lista. A UNO pensava obter em torno de 33% dos votos. Vários dias após o 25 de fevereiro, ela ainda não era capaz de estabelecer critérios para a



formação de um governo estável e evitar uma guerra civil.

Esta incapacidade está estreitamente ligada à natureza da UNO. Esta União não foi possível senão pela pressão do governo dos Estados Unidos. Jornais como o *Financial Times* (28 de fevereiro de 1990) caracterizavam a UNO como uma "aliança heteróclita sustentada pelos Estados Unidos". A UNO vai do Partido de Ação Nacional (PAN), de extrema-direita ao Partido Comunista da Nicarágua (PCN), de origem estalinista.

A questão é saber quanto tempo poderá durar tal aliança. No dia seguinte das eleições, o vice-presidente eleito, Virgilio Godoy manifestou seu desacordo com a pessoa nomeada por Violeta Chamorro para negociar a transição com o governo sandinista, dizendo-se que se considerava mais apto para realizar tal tarefa.

Estas diferenças se explicam a partir das divergências que existem entre as forças da UNO. Em seu discurso de fim de campanha, Godoy ameaçou diretamente os membros do governo sandinista declarando que ele iria "fazer com que eles pagassem a conta" após o 25 de fevereiro. Pelo contrário, Violeta Chamorro compreendeu que uma posição de enfrentamento era totalmente contra-produtiva. Ela se identifica com a corrente que representa diretamente os interesses dos Estados Unidos dirigido hoje por Alfredo Cesar, do Partido Social-Democrata (PSD), que pertenceu ao governo sandinista e, em seguida, à direção dos Contras.

Esta corrente quer impor uma transição para alterar a natureza do aparelho de Estado sem passar por uma guerra civil. Ela procura pelo menos se apossar de uma boa parte do poder antes de tomar as medidas mais radicais contra os sandinistas, utilizando um elemento incontestável, a legalidade da UNO e do voto.

A FSLN choca-se aqui contra um limite, que é aliás facilmente explicável no quadro da agressão imperialista. Buscando ser reconhecida, a FSLN assumiu, ao assinar os acordos de San Isidro, uma doutrina de Estado segundo a qual a legalidade ou a legitimidade dos regimes provêm diretamente das urnas.

Nesta ótica, o governo de Cristiani em Salvador é legal e legítimo pois ele é fruto de um processo eleitoral, embora a força política mais importante do país não tenha participado das eleições e o presidente não tenha recebido senão 20% dos votos. Pior ainda, segundo esta doutrina, um governo pode

fazer o que ele quiser se for eleito. Que ele massacre dirigentes do movimento de massa, que seu exército assassine seis jesuítas, que ele bombardeie de forma indiscriminada a população... isto não é empecilho à sua legitimidade, pois foi eleito.

Legalidade e legitimidade

Esta visão apaga a diferença que existe entre legalidade e legitimidade. Alfredo Cristiani ou Violeta Chamorro foram eleitos, de acordo com as leis "realmente existentes" em seus países, mas isto não significa que eles sejam legítimos. A legitimidade de uma revolução ou de um movimento social nasce precisamente da perda de legitimidade de uma instituição governamental. Em outros termos, a legitimidade expressa e engloba o problema da hegemonia política no seio de uma sociedade. O governo de Violeta Chamorro, pelo apoio recebido dos Estados Unidos, pelas suas relações com os Contras tem sua legitimidade comprometida.

Assistiremos na Nicarágua a uma espécie de coexistência de duas legitimidades: aquela saída do voto de 25 de fevereiro e aquela que decorre da revolução de 19 de julho de 1979.

É importante compreender esta situação. Os nicaraguenses votaram massivamente contra a FSLN mas não contra a revolução sandinista. Votaram contra a gestão e a política econômica do governo mas não votaram pelos projetos políticos do imperialismo. Votaram contra a guerra, mas não pelos Contras. Não votaram contra a reforma agrária, nem contra o direito dos pobres a serem donos dos terrenos onde vivem, nem contra a nacionalização dos bancos, nem contra o monopólio do comércio exterior. Eles votaram menos ainda contra o direito de greve ou assistência às pessoas idosas. Não votaram contra o Exército Popular Sandinista, apesar de terem votado contra o serviço militar obrigatório.

Defesa de conquistas

Estas duas legitimidades se enfrentarão de uma forma ou de outra. A FSLN está obrigada a aceitar o resultado eleitoral mas também — como disse sua direção — a defender as conquistas da revolução. O caminho que existe entre estas duas legitimidades está cheio de contradição e de ruas sem saídas. O problema do exército é evidente.

Existem três possibilidades no que diz respeito ao Exército Popular Sandinista que sintetizam os diferentes cenários

possíveis de confrontação entre estas duas legitimidades.

A FSLN pode pensar que é inevitável esperar seis anos antes de voltar ao governo. Neste caso, não seria mais o partido da revolução de 19 de julho e se tornaria um partido social-democrata. De acordo com esta hipótese, a FSLN não agiria mais em função das conquistas da revolução e sobretudo encaminharia a dissolução do Exército. Esta possibilidade tem poucas chances de se concretizar. A atitude tomada pela FSLN, por sua direção e por sua base, após o anúncio do resultado das eleições toma o caminho oposto. Continuamos otimistas quanto à impossibilidade de uma tal hipótese.

Segunda hipótese: a situação da FSLN assume uma posição dura e não aceita nenhum acordo para facilitar a chegada ao governo de Violeta Chamorro. A FSLN insistiria, então, para resguardar os comandos e a direção do Exército. Nesta hipótese, uma intervenção imperialista é bastante possível. Os Estados Unidos esperariam pacientemente que os acordos fossem feitos para efetuar a troca de governo, na ausência dos quais a decisão de invadir a Nicarágua seria tomada.

E, última hipótese, a FSLN seria estrangida a negociar certos aspectos do aparelho de Estado e mesmo discutir o problema do Exército, para não dar nenhum pretexto à UNO nem aos Estados Unidos para uma invasão. Ela desenvolve ao mesmo tempo uma posição de luta de classes e começa progressivamente a criar elementos claros de uma ingovernabilidade, ganhando a maioria da população para legitimidade da revolução. Neste caso, a questão não é mais de saber se o processo dura dois anos ou seis, mas de recuperar a hegemonia política na sociedade em um contexto internacional bastante complexo.

A FSLN (como toda a vanguarda revolucionária latino-americana) está confrontada a uma situação política bastante difícil. A perestroika, a política agressiva do imperialismo, o fracasso das correntes nacionalistas, constituem outros elementos que favorecem uma campanha internacional anti-comunista feroz.

Um novo capítulo da luta dos povos da América Latina se vive na Nicarágua. Como em 1979, a FSLN se encontra hoje na liderança desta luta. Apesar da derrota eleitoral e de certos erros, a FSLN ainda continua a estar na vanguarda das organizações revolucionárias da América Latina.

Resultados das eleições

Para a presidência e vice-presidência, a FSLN obtiveram 40,8% dos votos e a UNO 54,2%. No que diz respeito às eleições legislativas, a FSLN obteve a maioria dos deputados em três regiões (a Região de Esteli, a Região Atlântica norte e a Região Atlântica Sul) e totalizou 39 deputados contra 51 obtidos pela UNO, um ao Partido Social Cristão e um ao Movimento de Unidade Revolucionária.

A FSLN foi igualmente minoritária nas eleições municipais e conserva apenas, entre as cidades importantes, as municipalidades de Leon e de Esteli, perdendo Managua, Matagalpa, Granada, Chinandega.





"A nossa trincheira será o coração do povo"

Trechos do discurso de Ortega na primeira assembléia promovida pelos sandinistas após a notícia da derrota eleitoral.

"Estamos habituados a enfrentar momentos difíceis. E a situação que vivemos hoje não tem comparação com aquelas vividas pela FSLN antes do triunfo da revolução.

Lembro aos camaradas que quando da assembléia de quadros realizada em 7 de novembro de 1976, eu me encontrava clandestino em um bairro de Manágua. Estava com o companheiro Eduardo Contreras (um dos principais dirigentes da FSLN). Carlos Fonseca (um dos fundadores da FSLN) estava nas montanhas. Buscávamos o meio de reunir os dirigentes sandinistas perseguidos pela Guarda somozista. Queríamos nos encontrar para nos reunificar; com efeito, tínhamos problemas internos, havia divergências (em 1976 a FSLN esta dividida em três tendências — Guerra Popular Prolongada, Proletária e a Terceirista — que se reunificaram alguns meses antes da vitória da revolução).

Fomos, então, informados da morte de Carlos Fonseca. Mais tarde, viria o anúncio da morte de Eduardo Contreras. E quando os jornalistas me perguntaram: "E antes da vitória da revolução, como você imaginava o governo da FSLN, como pensavam chegar ao governo?", eu respondi que, em verdade, nós, militantes sandinistas, estávamos certos de triunfar, estávamos seguros de que o povo venceria, mas igualmente convencidos de que não veríamos a vitória porque morreríamos em combate. Nunca imaginamos que veríamos a vitória.

Digo isso para lembrar que nós não nascemos por cima. Nascemos na base e estamos acostumados a combater na base. Estamos acostumados a combater e a lutar dentro das prisões.

Hoje, que existe um poder popular, um poder revolucionário, estamos em melhores condições para no curto prazo governar de novo este país por cima. O dia em que governaremos novamente virá.

Continuaremos a governar pela base e faremos valer nossos direitos. Eles querem governar? Bem, nós lhes demos a possibilidade de governar. Passamos a eles este fardo, um fardo que é pesado. Veremos como eles se sairão.

Queriam que a Frente Sandinista estivesse na oposição? Pois bem, estamos na oposição. E vamos defender esta democracia para que o povo possa exercer seu direito pleno a se opor.

É pela base que venceremos. E, meus irmãos — acreditem — seremos rapidamente apoiados por todos que votaram na UNO: eles voltarão a votar pela Frente Sandinista. Todo este povo que votou pela Frente e o povo que votou pela UNO jamais a longo prazo se posicionará contra seus interesses.

A FSLN tem uma atitude construtiva, uma atitude firme, conseqüente e patriótica.

Meus irmãos, continuaremos a batalha pela democracia, pela dignidade, pela Nicarágua. Voltamos aos bairros, às fábricas, aos campos. A nossa trincheira será o coração do povo. Pois a FSLN nasceu no meio do povo, está no seio do povo e jamais deixará de estar com o povo."

"O povo que votou na UNO não votou na contra-revolução"



Trechos do discurso de Ortega no encontro emocionado com os militantes da solidariedade internacional.

Quero reconhecer de modo particular a solidariedade que recebemos dos povos, a solidariedade que recebemos do povo norte-americano, a solidariedade que recebemos de muitos povos da América Latina, do povo canadense, dos povos europeus, dos povos do mundo.

Foi uma solidariedade muito importante para que pudéssemos culminar esta etapa de luta pela democracia e pela paz, em condições vantajosas para os interesses globais do povo nicaraguense. Quando fizemos a revolução aqui na Nicarágua, nós colocamos seriamente a construção de uma democracia nova, o desenvolvimento de uma economia mista, de uma política internacional de não alinhamento.

Mas não nos foi possível dar prova da capacidade de gestão do governo, de gestão política, de gestão administrativa da Frente Sandinista em condições de normalidade. Nestes dez anos, não tivemos trégua. Até o último minuto se manteve a política de desgaste econômico, a política de bloqueio, a política da morte através dos Contras.

Estes são os dois grandes elementos que mostram o que tem sido o enfrentamento de um povo pequeno,

de uma economia bem frágil, um respaldo econômico internacional muito limitado e onde as forças que de verdade têm se mantido vinculadas à luta do povo nicaraguense no campo internacional, têm sido as forças de solidariedade, as forças dos organismos cristãos, as forças dos organismos não governamentais, os comitês de solidariedade. São estas forças alimentadas por vocês as que de verdade temos tido nos bons e nos momentos mais difíceis ao lado do povo nicaraguense.

Este tem sido uma força limitada do ponto de vista material onde se tem dado o que podia dar, de parte da solidariedade internacional. Porém, valorizamos em particular não somente, estes recursos materiais, mas sobretudo esse respaldo moral que tem levado inclusive a muitos internacionalistas a dar a vida pela Nicarágua.

Não podemos desconhecer — os revolucionários da Nicarágua, os Sandinistas —, os erros que cometemos e é evidente que temos cometido erros.

Mas não foram nossos erros os elementos determinantes das votações de 25 de fevereiro deste ano. Os elementos determinantes estão muito claros: se os Estados Unidos não houvessem feito esta guerra contra o povo nicaraguense, se não tivessem matado tantos nicaraguenses, se os EUA não tivessem incentivado o caos e o bloqueio econômico, indiscutivelmente a revolução teria contado com mais recursos para dar resposta aos problemas no campo econômico e social.

Esse povo que deu seu voto à oposição, conheceu a Frente governando e conheceu muitas dificuldades, muitos problemas. Por outro lado, apareceu a oposição com o respaldo dessa potência que tem travado guerra ao povo nicaraguense com uma política de pressão e de chantagem sobre o povo.

Qual foi a mensagem dos Estados Unidos?

A mensagem foi bem clara: se ganhar a UNO os EUA prometem apoio econômico, e o fim da guerra. E aí se põe em jogo a consciência deste povo, frente ao desespero também que provocou as condições críticas de ordem material.

O povo que votou na UNO não votou na contra-revolução, nem deu o voto à política de guerra do EUA contra a Nicarágua. Mas, os 40% dos nicaraguenses que votaram na FSLN e em condições sumamente adversas, apesar dessa pressão, dessa chantagem, deram seu voto à Frente Sandinista.



Estão vamos admitir como uma derrota para a revolução o fato da FSLN não ter obtido a maioria dos votos nesta eleição de 25 de fevereiro de 1990? Posso afirmar-lhes que não podemos admitir que isso seja uma derrota da revolução. Ao contrário, este resultado veio submeter à máxima prova a vontade política, democrática e pacifista da revolução nicaraguense.

"Nova Esquerda"

A procura de novos rumos

O Encontro que fundou as bases políticas da tendência "Nova Esquerda" revela um esforço - marcado por ambiguidades e incertezas - para construir um campo crítico às correntes dogmáticas e ao reformismo.

Juarez Guimarães

O Congresso de fundação da Nova Esquerda realizado em São Paulo entre os dias 16 e 18 de fevereiro acabou por projetar a conformação de duas novas tendências petistas. Estiveram presentes 42 delegados, vindos de dezesseis estados do país.

Cerca de 75% dos delegados tomaram como base de referência a resolução "Para uma estratégia revolucionária", assinada entre outros, pelos companheiros José Genoino (deputado federal e membro do Diretório Nacional), Tarso Genro (vice-prefeito de Porto Alegre e membro do DN), Ozeas Duarte (PT/SP), Maurício Farias (vereador/SP e membro do DN), Marcos Rolim (membro do DN, pelo Rio Grande do Sul), José Eduardo Utzig (membro do DN, por São Paulo), Jarbas Barbosa (membro do DN, por Pernambuco) e José Guimarães (membro do DN, pelo Ceará).

Em torno de 25% delegados, aglutinados em torno à proposta da resolução "PT: que socialismo?", optaram por formar uma nova tendência (ver entrevista de Rogério Correa, na página 16). Assinavam esta proposta, entre outros, os companheiros Ronald Oliveira Rocha (PT, Minas Gerais), Rogério Correa (vereador do PT de Belo Horizonte e líder da bancada), Antonio Ortins (presidente da CUT-Ceará), Humberto Cunha (secretário-geral do PT de Belém), Artur Scavone (direção executiva do PT/SP), Carlos Vilela (PT do Rio de Janeiro) e Jefferson Calça (direção regional do PT de Pernambuco).

A divisão reflete caminhos ou enfoques diferentes a respeito do programa e da estratégia socialista. Relaciona-se a posições distintas de como combinar o marxismo clássico com os novos desafios. E tem como pano de fundo obviamente o acerto de contas com a trajetória da corrente original a qual os companheiros das duas novas tendências pertenciam.

Crítica contida

No artigo "A nova esquerda e o marxismo", (edição 239) havíamos chamado a atenção para o risco de um movimento pendular, isto é, que a crítica à tradição estalinista ou a uma visão dogmática do leninismo desse lugar a uma perda de referências marxistas ou revolucionárias em aspectos chave como a concepção da história, do Estado, do socialismo.

Por uma necessária composição de divergências internas ou até pelo isolamento das posições mais extremadas de crítica ao marxismo no curso dos debates travados, o documento "Para uma estratégia revolucionária" é bastante contido nas formulações alternativas básicas.

Todas as referências ao termo comunista — que antes era orgulhosamente marcado na fórmula PRC, de certo para demarcar águas com o PT — foram



suprimidas na resolução. No entanto, no item 2 da tese aparece a defesa da idéia da "construção do socialismo em escala mundial", isto é, "a superação de todos os tipos de particularismos, sejam eles de classe, de camada social, de partido ou de nação".

Antes, já havia se afirmado a proposta de "uma sociedade cuja organização política global expresse tão somente a mediação orgânica necessária para que os homens se reconheçam e se auto-determinem a partir de um consenso permanentemente renovado". Ou seja, a idéia da extinção do Estado enquanto instrumento de dominação, como Marx formulou.

Prevalece um desequilíbrio claramente idealista na visão do processo da revolução. "Assim", diz o item 5 da resolução, "o socialismo não deve ser concebido nem como uma sociedade transitória, nem como uma necessidade histórica objetiva, nem como mera realização dos interesses de uma classe." E mais adiante no item 7: A conquista do socialismo "pressupõe, portanto, a violação de uma objetividade constituída e a criação artificial de uma outra, a mais aproximada possível de um projeto racional fundado na práxis, modificado por ela e modificador dela própria".

Mas este desequilíbrio de natureza idealista é, em parte, atenuado pela afirmação (no item 16) de que "as con-

dições objetivas presentes no capitalismo, especialmente aquela que separa os detentores de capital da maioria que só dispõe de sua força de trabalho, demarcam campos de interesses antagônicos, o que promove a existência, entre os explorados, de uma predisposição genérica favorável à mudança de uma situação tal como ela se apresenta de forma imediata. Esta predisposição condiciona o desenvolvimento de uma ideologia revolucionária mas, sob hipótese alguma, oferece garantia a este processo."

Em seguida, no item 17, afirma-se que entre os explorados os "operários da indústria moderna" apresentam "uma suscetibilidade maior para a assimilação de uma ideologia revolucionária."

Estas ambiguidades se renovam na fórmula de que a tendência "Nova Esquerda" não se define como marxista, mas terá nele a sua referência teórica mais importante.

Estratégia

As formulações sobre estratégia são basicamente assentadas em Gramsci, procurando-se criticar a sua interpretação reformista. Esta delimitação com o reformismo aparece, pelo menos, em três passagens: no item 9, quando se defende a idéia da necessidade de uma ruptura com o Estado burguês; no item 22, quando se afirma a necessidade da

construção de um poder alternativo; nos itens 18 e 19, quando se critica uma visão reformista do programa democrático e popular, optando por sua defesa como um programa de transição, isto é, de caráter anti-capitalista.

De modo geral, o uso de Gramsci serve para superar um modelo insurrecionalista muito colado à trajetória da revolução russa e conceber um campo estratégico mais adequado aos desafios do PT.

Há, no entanto, três questões básicas a anotar.

A primeira delas é uma inconsistência básica no uso de Gramsci. Pois o comunista italiano constrói o seu conceito de hegemonia a partir da superioridade e da autonomia do marxismo enquanto filosofia da práxis. Mas, como vimos, os companheiros estão tensionados exatamente para uma crítica do marxismo e para uma relativização de seu campo teórico.

A segunda se refere ao modo bastante abstrato que prevalece no estudo das contradições específicas da formação social brasileira. Isto faz com que a mediação necessária à utilização dos conceitos de Gramsci tenha uma base muito precária nas teses, o que determina grandes carências em seu conteúdo.

A terceira questão se refere ao uso central dos conceitos de guerra de posição e guerra de movimento (aliás, o documento minoritário circula também nesta polaridade). O que em Gramsci são termos de uma analogia de natureza militar para clarificar um campo de problemas novos colocados aos revolucionários que atuam nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas e complexas aparecem aqui como resposta do problema, como opção estratégica.

Os companheiros que centram todo o seu fogo crítico numa apreensão dogmática do marxismo ou do leninismo acabam por fazer um uso bastante dogmático do pensamento rico, muito aberto e não resolvido de Gramsci.

A encruzilhada

Estas formulações são, no entanto, certamente concebidas como um momento da reflexão e certamente estão tensionadas para se desenvolverem.

Toda a evolução dos companheiros da "Nova República" está condicionada por este duplo movimento: como a ênfase crítica ao marxismo irá se combinar com a crítica radical do capitalismo, que marca um projeto revolucionário. Em geral, todas as correntes que percorreram este caminho crítico ao marxismo acabaram, de uma forma ou de outra, se incapacitando a formular uma crítica radical do capitalismo e a ganhar um viés social-democratizante (mesmo que de esquerda). É por esta via que as tensões no seio da "Nova Esquerda" se cruzam com as tensões no seio do PT, em uma dialética na qual apenas o debate construtivo e fraterno poderá determinar a solução.



A volta ao círculo

Em sua eclética tentativa de criticar os dogmas, Marcos Rolim transforma o marxismo em um campo devastado onde tudo é relativo, exceto a absoluta esterilidade do pensamento.

Juarez Guimarães

Em resposta ao artigo A "Nova Esquerda" e o marxismo, publicado na edição 239 deste jornal, foi editada uma pequena brochura *Crítica a um marxismo fora do tempo* elaborada pelo companheiro Marcos Rolim. Este companheiro assina a proposta de texto base que foi majoritária no Encontro Nacional recém-promovido pela "Nova Esquerda".

Este artigo procura demonstrar como o companheiro Rolim não consegue sustentar de forma coerente as críticas que ele (e, em grande medida, seus companheiros da "Nova República") fazem ao marxismo.

E como, a partir daí, busca amparo em uma concepção relativista do marxismo, isto é, uma noção de que são legítimas uma série de interpretações — inclusive contraditórias entre si — das idéias formuladas pelos fundadores do marxismo.

Ao dar este passo, o companheiro Rolim dá volta ao círculo e acaba por esvaziar o sentido da própria atividade crítica das noções do marxismo em que está engajado. Pois qual o sentido em fazer a crítica de Marx se são possíveis um sem — número de interpretações do conteúdo de seus escritos? Qual "Marx" se estaria afinal criticando?

Marxismo e determinismo

A primeira crítica que fizemos aos companheiros da "Nova República" foi de que a sua interpretação do marxismo como uma filosofia determinista da história não encontra sustentação coerente na obra de Marx. Este debate é importante na medida em que companheiros da "Nova Esquerda" encontram nesta alegada visão determinista da história pelo marxismo a raiz teórica última dos regimes ditatoriais do Leste Europeu. (ver o artigo de Ozéas Duarte na re-



vista *Teoria e Debate*, nº 9).

Na brochura, o companheiro Rolim afirma o seguinte: "A rigor, podemos encontrar em Marx passagens suficientes para sustentar uma tese oposta e afirmar, como o faz **EM TEMPO**, que não há em Marx nada que possa autorizar uma visão determinista. Particularmente, sustento que o 'núcleo nacional' da obra marxiana é o determinismo e que esta compreensão possibilita compreender as passagens específicas onde Marx coloca em relevo a categoria de 'praxis'. Inversamente, entendo que as interpretações que procuram "eliminar" o determinismo na obra de Marx são incapazes de explicar as passagens mais claramente 'naturalistas' e nomo-

lógicas. Não por outro motivo, simplesmente as desconsideram. Entendo, entretanto, que uma leitura não dogmática da obra de Marx deve admitir a existência de uma clara tensão naturalista que se fez ainda mais evidente em Engels."

É um exemplo claro do "método" relativista de Rolim. De um lado, reconhece que "a rigor" é possível encontrar em Marx "passagens suficientes" para demonstrar que a teoria de Marx não é determinista. Depois, afirma que o "núcleo racional" da obra de Marx é o determinismo. Mas acaba por dizer que uma leitura "não dogmática" da obra de Marx deve admitir uma "tensão naturalista".

Com qual opinião de Rolim estamos debatendo?

De nossa parte, continuamos afirmando que é impossível sustentar coerentemente que o "núcleo racional" do marxismo seja o determinismo. Ora, não se trata de colecionar citações, descontextualizadas em função deste ou daquele ponto de vista. Para fazer isso, Rolim teria que inverter o sentido da gênese do marxismo, apagar o sentido de sua militância e escritos políticos, negar a dimensão historicista da obra "econômica" de Marx.

No campo da concepção de história, a trajetória de Marx vai exatamente no sentido de criticar o determinismo idealista contido em Hegel e supe-

rar o determinismo materialista de Feuerbach. O marxismo forma o seu campo teórico na crítica ao determinismo e isto está documentado na *Ideologia Alemã* e sintetizado nas *Teses sobre Feuerbach*, onde aparece o conceito de "praxis" em toda a sua centralidade.

Que militante determinista é este que investe contra as setas blanquistas ou utópicas exatamente por entender que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores? Que defende a intervenção consciente dos homens na luta de classes real exatamente por entender que a história não caminha por suas próprias pernas? Que concebe os princípios da sociedade socialista como possibilidade e de forma genérica — como crítica e transformação do capitalismo — exatamente por negar a validade de sua pré-figuração idealista? Vivos, descartados de qualquer interpretação mecanicista?

Que economicismo é esse de Marx — isso de atribuir a ele a idéia de que a história é regida por leis econômicas de ferro — se devemos a ele exatamente o contrário: a crítica historicista do capitalismo, a revelação do fetichismo da mercadoria, o desnudamento do capital enquanto relação social.

Rolim pode sustentar que "o núcleo racional" do marxismo é o determinismo. Mas só pode fazer isto contra o sentido da obra de Marx, apesar de Marx, fora de Marx.

"Estado socialista"

Na crítica às formulações de Rolim sobre o Estado, afirmamos que o conceito de "Estado socialista" é estranho à obra de Marx. Que ele não poderia ser encontrado na obra de Marx, devendo ser entendido de fato como uma das revisões que o estalinismo operou em relação ao marxismo.

Rolim foge à questão atribuindo ironicamente a mim a capacidade de ter lido toda a obra de Marx. De novo, não se trata de citações. O Estado pa-

ra Marx surgiu a partir do desenvolvimento das classes sociais e com a extinção das classes no socialismo deveria logicamente desaparecer enquanto instrumento de dominação.

Pior, Rolim cita Trotsky para demonstrar o uso do conceito de Estado de Socialista: "Mas o Estado adquire imediatamente um duplo caráter (refere-se ao Estado pós-revolucionário): Socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalista..."

Ora, quem tem um mínimo de conhecimento da obra de Trotsky sabe que um dos centros de sua elaboração foi exatamente o de contraditar teoricamente a noção estalinista de que a sociedade e o Estado russo eram socialistas. E desenvolve, em várias oportunidades, a tese de que se tratavam de sociedades de transição, portanto, contendo elementos contraditórios. A citação se encaixa exatamente neste sentido, de reconhecer os elementos contraditórios do Estado no período de transição ao socialismo. Portanto, não afirma Rolim mas o desmente.

Ditadura do proletariado

O companheiro Rolim não faz nenhum esforço sistemático em sua brochura para sustentar a sua interpretação das concepções de Marx sobre o Estado. Onde deveria estar centrado o artigo de Rolim — a resposta às críticas principais que lhe dirigimos — encontramos o vazio, o nada.

Ao invés, procura "isolar" o pensamento de Lenin sobre o Estado e a ditadura do proletariado em relação ao de Marx e reduzi-lo a uma espécie de súpula de antecipação do estalinismo. Para demonstrar isso, Rolim cita trechos de *O Estado e a revolução*.

Como se trata obviamente de uma seleção direcionada e parcial de citações — e não uma análise global e contextualizada do pensamento de Lenin sobre o Estado como deveria ser — Rolim reconhece no seu particular método "relativista": "A ortodoxia tem argumentado, em contrapartida, e a partir de Lenin, que a ditadura do proletariado significaria, ao mesmo tempo, uma extensão das liberdades à maioria da população" e o desenvolvimento de práticas democráticas muito mais avançadas "para esta maioria" (Mas, perguntamos: Rolim não havia afirmado no parágrafo anterior exatamente o contrário, que Lenin tinha

uma concepção de processo revolucionária centrada no domínio da coerção? É possível, efetivamente, encontrar nos clássicos inúmeras passagens que afirmam esta idéia. Não se trata, portanto, de colocar em dúvida as intenções libertárias presentes em Lenin, Marx e Engels. O desafio é o de analisar teoricamente esta pretensão perguntando se os conceitos e formulações utilizados, potencializam politicamente uma praxis libertária ou se, pelo contrário, a colocam em risco."

Nós dizemos que sim potencializam a praxis libertária e exatamente pelos motivos que Rolim critica. É apenas a partir do desenvolvimento das noções fundamentais marxistas sobre o Estado que se pode abordar com profundidade e consequência o desafio democrático.

Em primeiro lugar, a visão básica de que todo Estado tem uma natureza de classe e do aparelho estatal essencialmente enquanto instrumento de dominação de classe. A democracia burguesa inclusive é uma ditadura de classe. Negar isto é negar a necessidade da ruptura revolucionária com o Estado burguês e da necessidade (e legitimidade) do uso da violência para fazer frente à resistência violenta das classes dominantes.

Em segundo lugar, que o estado da transição para o socialismo deve ser entendido como uma ampliação ou superação das liberdades existentes na democracia burguesa, no sentido de uma participação direta das amplas massas no exercício e controle do poder através de mecanismos de democracia direta e representativa. As concepções autoritárias (inclusive a estalinista) de transição para o socialismo se alimentaram da negação dessa visão, própria ao pensamento marxista.

Em terceiro lugar, que o nosso fim é a extinção do Estado enquanto a máquina de dominação, alienada do controle da sociedade, é o autogoverno da sociedade em uma sociedade onde não haja mais a divisão de classes. Este objetivo radical, coerente com os das nações anteriores, é o sinal da vertente profundamente emancipatória e antiestatista do nosso projeto de sociedade.

Obviamente devemos reconhecer que estes princípios são insuficientes, que há muito a ser elaborado a partir das experiências e fracassos da transição ao socialismo. Mas não é negando estes fundamentos — como querem os liberais ou socialdemocratas — que poderemos avançar.



Inútil paisagem

Como não consegue sustentar de forma coerente as suas críticas ao marxismo, o companheiro Marcos Rolim opta por dissolver a obra de Marx em uma profusão de significados, esvaziando de sentido a própria tarefa revisionista em que está engajado.

O companheiro Rolim apóia e se apropria de uma citação de Agnes Heller na qual ela afirma que a imortalidade, a vitalidade do pensamento de Marx se fundamenta precisamente em sua "genial incoerência". Para Rolim, não há um marxismo, mas vários marxismos, com possibilidades de interpretações múltiplas e até contraditórias entre si das obras de Marx e Engels. Não aceitar, por exemplo, o estalinismo como uma corrente do marxismo seria demonstração inequívoca de um dogmatismo.

Aliás, para Rolim, a ortodoxia é identificada a dogmatismo.

Atualidade do marxismo

Começamos pela afirmação de Agnes Heller. Só mesmo um pensamento em um momento de radical ausência de bom-senso poderia atribuir o fundamento da força do marxismo à sua "genial incoerência".

É exatamente o contrário. O marxismo resistiu ao tempo exatamente por fornecer à crítica global mais profunda e coerente do capitalismo e, a partir daí, ter se tornado o instrumental de análise e referência política para a luta dos trabalhadores por sua emancipação em todo o século XX. O marxismo recolheu a sua força exatamente por ter sido elaborado de forma orgânica ao movimento vivo e independente dos trabalhadores, por ter construído uma síntese muito ampla dos veios mais ricos de reflexão no campo da filosofia, da economia, da história.

Isto significa partilhar de uma visão ingênua e triunfalista sobre o marxismo neste final de século? Não. Até pelo contrário: ser marxista hoje é ser capaz de articular a defesa de seu campo de concepções com o máximo de possibilidade crítica do capitalismo e, ao mesmo tempo, ser capaz de refletir criticamente sobre a sua própria história.

Refletir a partir, inclusive,

do seu próprio instrumental teórico. Isto quer dizer exatamente evitar uma visão idealista de sua crise, como se seus impasses ocorressem no plano puro dos conceitos. Significa compreender que a evolução do marxismo como filosofia da práxis está vinculado de forma orgânica aos destinos muito concretos da luta dos trabalhadores pelo socialismo.

Significa, por outro lado, ser capaz de historicizar esta crise, contextualizar a sua evolução a partir das rupturas operadas pela socialdemocracia e pelo estalinismo.

Defender a autonomia e a coerência do campo marxista pode ser por outro lado confundido com uma posição dogmática ou auto-satisfeita com os fundamentos originais do marxismo? Evidentemente que não. O marxismo não pode ser entendido como um sistema fechado de idéias. É possível e correto, inclusive, identificar lacunas e insuficiências importantes nas formulações dos chamados clássicos. Não há nenhuma contradição entre defender a ortodoxia marxista e conceber o marxismo como um pensamento aberto e criativo.

Ortodoxia e ecletismo

Em sua polêmica crítica com Benecetto Croce, que busca absorver de forma subordinada elementos do marxismo, Gramsci dá uma boa definição do que é ser "ortodoxo". Para ele, não se trata de buscar ortodoxia neste ou naquele marxista, nesta ou naquela corrente, mas no conceito fundamental de que o marxismo contém em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo, para vivificar uma integral organização prática da sociedade.

Gramsci afirma ainda que "uma teoria é 'revolucionária' precisamente na medida em que é um elemento de separação e de distinção consciente em dois campos, na medida em que é um vértice inacessível

ao campo adversário. "Considerar que a filosofia da práxis não é uma estrutura de pensamento completamente autônoma e independente, em antagonismo com todas as filosofias e religiões tradicionais, significa, na realidade, não haver rompido os laços com o velho mundo, ou, até mesmo, ter capitulado."

Isto de nova significa que os marxistas não têm nada a aprender com teóricos de outras correntes? De novo, também não. Gramsci, por exemplo, é o caso de um marxista que soube dialogar e incorporar — de forma crítica e subordinada — a grande tradição intelectual gestada na Itália.

Marxismo e estalinismo

Defender que existe um campo teórico do marxismo não significa, por outro lado, adotar uma concepção monolítica. É possível e é correto identificar várias trilhas e tradições marxistas, a partir das concepções fundamentais de Marx.

Temos todas as condições de delimitar o campo de concepções básicas de Marx. A sua obra é extensamente documentada — obras publicadas, cartas, borradores, artigos. É possível expor a sua trajetória: é, inclusive, uma obra que vai construindo explicitamente o seu campo metodológico. É ainda viável recompor o contexto polêmico de suas obras, a sua biografia intelectual, a realidade do movimento operário com a qual se relacionava.

É a partir deste acervo que é possível demonstrar com segurança que o estalinismo, no campo teórico, significou uma ruptura em pontos fundamentais do marxismo: em sua concepção de socialismo, de história, de relação partido/classe.

Como vimos, é exatamente por não conseguir demarcar esta ruptura em sua auto-crítica à compreensão dogmática do marxismo, que Rolim acaba por se impor à necessidade de superar ou rever o marxismo.

"Por um marxismo antidogmático e revolucionário"

Aqui, a palavra do companheiro Rogério Corrêa, vereador petista em Belo Horizonte que integra o "Movimento por uma Tendência Marxista do PT".

— Quais os motivos que levaram ao rompimento da "minoría" com a tendência "Nova Esquerda"?

Rogério Corrêa — É necessário esclarecer que não houve propriamente um "rompimento" com a "Nova Esquerda", já que esta tendência apenas se constituiu no Encontro Nacional. Antes, havia apenas um esforço de militantes petistas, organizados ou não em coletivos, visando a formação de uma nova tendência de esquerda do PT. A "Nova Esquerda" era uma proposta, como outras. Por exemplo: nós, aqui em Minas, nos intitulávamos **Corrente Revolucionária**. Se este esforço iria resultar ou não na formação de uma única tendência era algo que não estava dado de antemão, mas que dependia de constituição de uma base política, ideológica e filosófica comum.

Quem acompanhou os debates e leu as diferentes teses pôde perceber a profundidade das divergências que, ao fim e ao cabo, foram expostas publicamente e de maneira irreconciliável no Encontro Nacional.

Alguns delegados e observa-

Não poderíamos nos integrar a uma tendência que renunciava à elaboração de uma via revolucionária de classe para a luta socialista.

dores, perfazendo cerca de 1/4 (um quarto) dos votos válidos, julgaram impossível participar da "Nova Esquerda" em fundação, sob pena de trabalharem contra suas próprias consciências e convicções. Não poderíamos nos integrar a uma tendência que rompia explicitamente com o marxismo, renunciava à elaboração de uma via revolucionária de classe para a luta, socialista e adotava uma concepção de tendência que, a nosso ver, não garante o mínimo de organicidade, democracia e unidade de ação.

Preferimos formar o **Movimento por uma Tendência Marxista do PT**. Você poderia retrucar: — Mas vocês não tinham um passado e uma atra-

ção em comum, o que justificaria o termo "rompimento"? E teria sob este ângulo, razão. De fato, nós rompemos com uma posição que, inaugurando-se a partir de uma crítica ao stalinismo e ao dogmatismo, sendo portanto originalmente promissora e potente, acabou se degenerando e se desqualificando na forma de uma vulgar simetria filosófica que fundamenta a luta política a partir do idealismo moral, coloca o marxismo como alvo central do combate teórico, adota uma concepção subjetivista acerca da história, com forte inflexão irracionalista, e adere a teses basilares do reformismo, tais como a democracia como valor universal, a idéia do Estado como simples universalidade abstrata, sem caráter de classe, o abandono da luta de classes como uma determinação fundamental da estratégia socialista, especialmente o papel do proletariado enquanto **dever ser** revolucionário, a redução categórica da "guerra de movimento" à ruptura e desta a um rabicho da hegemonia, dentre outras.

De qualquer maneira, não se aplica, em nosso caso, a tradicional categoria do

"racha". Afinal, somos do mesmo Partido. E seria no mínimo esdrúxulo tratar as divergências internas ao PT com base na psicologia asfíxica das seitas.

— **Como você avalia a importância dessas divergências no quadro das discussões internas no Partido dos Trabalhadores?**

Rogério Corrêa — Como espero ter deixado claro na resposta anterior, trata-se de uma discussão de caráter estratégico para a luta socialista, e, portanto, para o PT. No Encontro Nacional do Partido, marcado para este ano, os petistas enfrentam organizada e democraticamente o desafio de estabelecerem a sua concepção de socialismo e a estratégia

política capaz de viabilizá-la.

Não é por outro motivo que demos às nossas teses o título **PT: que socialismo?** Grosso modo, os petistas necessitam formular um caminho que articule as experiências universais do movimento socialista com as particularidades de nosso terreno nacional. Para tanto, não podem se furtar a travar a luta teórica em duas direções.

Por um lado, demarcar com a concepção de que o socialismo será o fruto inevitável de uma história regida por leis de bronze, onde não há lugar para o sujeito, dogmatismo objetivista que potencializa equívocos estratégicos e justifica as tragédias pós-revolucionárias, dos quais o stalinismo é a versão mais grotesca, mas não a única.

Por outro, criticar com igual intensidade, embora de maneira distinta, o recrudescimento do socialismo ético-subjetivo, sobretudo suas versões liberais, que dissolve a luta de classes e a revolução social como categorias-chave da estratégia socialista, faz a apologia de um sujeito infinito e regenera o reformismo.

Não temos dúvidas de que a elaboração da "Nova Esquerda" aponta para esta segunda alternativa, embora ainda não tenha se completado. Há entretanto, uma tendência nítida e uma hegemonia estabelecida. Seu futuro próximo não deverá causar surpresas, exceto aos desavisados. Mesmo hoje, no quadro das polêmicas internas ao PT, existem pontos de contato entre certas teses da "Nova Esquerda" e as idéias defendidas pelos setores sociais-democratas da "Articulação".

Esperamos que este triste fim de uma corrente "antidogmática" não sirva de pretexto para o fortalecimento do dogmatismo e do economicismo entre os petistas, alimentando o drama pendular da pobreza teórica e dos equívocos políticos, onde o Messianismo, em suas várias versões, sempre se insinua.

— **O documento da "minoría" "PT: que socialismo?"**



cita a necessidade da articulação do campo marxista no interior do PT. Você poderia explicitar melhor esta idéia?

Rogério Corrêa — Quando falamos em "Campos Marxistas", tínhamos em vista, naquele momento, os marxistas que participavam nos debates e na organização do Encontro Nacional de Fevereiro. Em âmbito de todo o PT, os contornos deste campo precisam ser melhor discutidos e definidos.

O **Movimento por uma Tendência Marxista do PT** se propõe a contribuir neste sentido, sem exclusivismo, sem patriotismo de grupo. Não pensamos em um marxismo genérico, incapaz de dar conta de sua própria crise e dos dilemas contemporâneos da luta socialista. Temos em vista o marxismo encarado como corrente teórico-ideológica iminente crítica, portanto antidogmática, e revolucionária, portanto antireformista. Isto deverá igualmente se traduzir em uma crítica radical às formações sociais onde florescem as tiranias burocráticas, em uma estratégia política e em uma concepção de tendência capazes de ajudar na construção política e orgânica do PT.

Tais debates, porém, não podem prescindir do estreitamento das relações político-práticas entre a esquerda petista, uma das bases para uma unidade mais sólida e permanente, embora não a única. Como exemplo cito nossa relação com a "Vertente Socialis-

ta" aqui em Minas, que tem sido profícua e promissora. É preciso deixar claro, todavia, que tudo isto deve ter como pressuposto a unidade de ação de todos os petistas na luta contra o capital e o Estado burguês, pelo socialismo.

— **Como vocês pensam o futuro do seu coletivo político?**

Rogério Corrêa — Não somos hoje uma tendência do PT, apenas um movimento. Nesta condição, procuraremos estabelecer contatos nacionais com todas as tendências e petistas que o desejarem, tendo em vista a troca de opiniões e sobretudo o fortalecimento do PT. Ao mesmo tempo, já que somos um movimento aberto, esperamos a participação de inúmeros coletivos que existam no PT e que desejem, não aderir a um projeto pronto e acabado, mas ser sujeito de um novo projeto.

Pretendemos realizar um Encontro Nacional no fim deste ano ou no início de 91, quando discutiremos a constituição de uma tendência marxista. Mas julgamos que tudo isso deve considerar o profundo processo de diferenciação e reaglutinação de forças que provavelmente haverá internamente ao PT. Todavia, descartamos de antemão duas possibilidades. A primeira seria a constituição de uma seita isolacionista, destinada a olhar para o umbigo e se bastar a si mesma. A segunda seria a descaracterização filosófica, político-ideológica e orgânica.

Medeiros vence no 1º turno

Metalúrgicos de São José dos Campos

Por quem os sinos dobram?

Com quase 60 mil votos contra cerca de 17 mil obtidos pela oposição,

Luiz Antonio de Medeiros conseguiu obter mais um mandato à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A derrota da CUT nesta eleição chave dificultará, sem dúvida, a mobilização da central contra o Plano Collor.

A larga diferença de votos obtida por Luiz Antonio deve-se a uma conjugação de fatores que deverá ser objeto de uma séria e profunda avaliação das forças empenhadas em combater o "sindicalismo de resultados".

É certo que pesou no resultado negativo o fato de que Luiz Antonio de Medeiros conseguiu neutralizar —

através de uma promessa de abertura de vagas em sua chapa, que afinal não se concretizou — um setor da oposição, representado por Lúcio Bellantani, da Ford Ipiranga.

Pesou ainda mais a coincidência da realização das eleições com a primeira semana de ilusões em torno ao Plano Collor. Como se sabe, Medeiros antecipou a data do pleito, normalmente realizada em meados do ano exatamente por este motivo.

Influiu ainda o peso da máquina poderosa sindical, controlada por Medeiros, e a rede de "delegados sindicais" que a atual diretoria escolheu ao longo dos últimos anos. Medeiros fez ainda uma campanha bastante ofensiva, criando à maneira de Collor, fatos artificiais contra a oposição na reta final das eleições. (Como numa carta falsa atribuindo à oposição a proposta de acabar com a Colônia de Férias e a assistência no sindicato).

O que ocorre quando uma chapa de petistas utiliza métodos reacionários para combater uma outra chapa de petistas? Até onde pode ir o vale tudo sindical? Até que ponto isto contribui para a luta da classe trabalhadora?

É uma reflexão que se impõe quando se avalia as eleições dos metalúrgicos de São José dos Campos, onde os companheiros da chapa 1 — Articulação — preferiram a divisão e a calúnia para obter uma vitória que não alcançaram.

Júlio Tavares

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José estava sob a direção de companheiros petistas, sendo uns da Articulação, outros da Convergência Socialista, e outros independentes, alguns identificados com a corrente sindical CUT pela Base.

Em outubro, a CUT pela Base começou a acelerar a sua construção na região. Uma das suas primeiras preocupações foi a de conseguir a unidade das várias correntes que atuavam no campo da CUT para as eleições sindicais que se aproximavam. Lançou-se, então, um documento à categoria, assinado por três diretores (Amélia, Tararan e Geraldo) e um ativista da Embraer (Ricardo) defendendo a necessidade de uma chapa unitária da CUT, "única forma de construir um sindicato forte, democrático e pela base". Como método para a sua constituição, defendeu-se a eleição direta a partir das fábricas, compondo com isso uma chapa onde todas as posições estivessem representadas proporcionalmente, e com um programa unitário, definido em assembléia da categoria. Essa proposta de prévia mereceu um amplo apoio entre os trabalhadores, como no caso da Embraer onde 85% responderam afirmativamente a uma pesquisa que a CUT pela Base fez.

Logo após, a metalúrgica Amélia, vereadora do PT, convidou a todos os metalúrgi-

cos, em especial as várias correntes da CUT, para discutir as eleições. Então, ficou claro que a preocupação dos companheiros que estavam formando a CUT pela Base na região, em relação a unidade do campo cutista, tinha uma base muito real, as relações entre a Articulação e a Convergência Socialista estavam profundamente desgastadas. Eram problemas da prática sindicam em São José e também em outras regiões.

Apesar de tudo, a unidade das várias correntes para fazer avançar a luta sindical era uma necessidade e precisava continuar a ser buscada. O companheiro que representava a Convergência Socialista nessa reunião, apesar das críticas muito duras à prática sindical em São José de diretores que se identificaram com a Articulação, terminou defendendo a realização de uma convenção democrática e aberta para definir a chapa e o programa.

Duas orientações

Os dirigentes sindicais da Articulação, no entanto, não queriam nenhuma composição com a Convergência Socialista e continuaram a organizar uma chapa, junto com um setor independente. Esse agrupamento parecia partir de uma visão profundamente aparelhista de que quem dominasse o aparelho sindical dificilmente perderia a eleição. A Articulação estava dominando a máquina sindical dos metalúrgicos de São José. Logo que foi aberto o processo eleitoral, lançou uma chapa, de onde estavam excluídos os metalúrgicos da Convergência Socialista, da CUT pela Base e vários independentes.

Os setores excluídos da Chapa 1 tiveram como política a realização de uma convenção aberta, onde os componentes da chapa foram indicados através de votações em fábricas, e a executiva definida em uma plenária geral. As divergências entre as duas correntes, a Convergência Socialista e a CUT pela Base, se expressaram em todo esse processo. Tratava-se de uma disputa. O método democrático permitiu, no entanto, uma chapa unitária e representativa das fábricas.

Calúnias

A lógica da política divisio-



A metalúrgica e vereadora do PT, Amélia, nos portões da Embraer

nista levada adiante pela Chapa 1 levou a uma dinâmica extremamente complicada. No primeiro momento, tentando justificar a exclusão da Chapa 1 de vários diretores do Sindicato, identificados com a Convergência Socialista e com a CUT pela Base, buscou caracterizar a Chapa 2 como chapa da Convergência Socialista. Objetivamente isso tinha dois problemas sérios. O primeiro, que não se tratava de uma chapa da Convergência Socialista e sim de composição. O segundo porque coincidia politicamente com a ofensiva da propaganda burguesa que busca estigmatizar a Convergência Socialista como um grupo ultra-radical, utilizando o velho espantalho do comunismo.

Logo depois, combinou essa política com material dirigido a toda a categoria e em especial à Embraer, onde companheiros da Chapa 2 têm um trabalho de muito tempo, dando nomes de companheiros, inclusive da Embraer, como "divulgadores de ideologias totalitárias". Vale lembrar que a Embraer é uma fábrica de aviões, onde trabalham também militares.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia essa prática política, a Chapa 1 lançou material de campanha afirmando que os membros da Chapa 2 queriam ocupar as fábricas, quebrar as máquinas, além de uma carta, com retratos de vários candidatos da Chapa 1, sob o título de "cristãos votam na Chapa 1". Para ajudar a Chapa 1, foi lançada também uma carta de Lula.

Mas nada parecia bastar para a Chapa 1 e ela passou a atacar direta e brutalmente a dirigente sindical metalúrgica e vereadora Amélia. O ataque começou em um dos jornais de campanha da Chapa 1, fazendo uma alusão indireta ao trabalho feminista da companheira dizendo que os membros da Chapa 2 "pareciam até aquele candidato do vale-motel". Depois passaram a atacá-la diretamente, acusando-a de marajá (por ser vereadora do PT).

Repúdio dos trabalhadores

Enquanto a Chapa 1 afundava na direitização e na calúnia, a orientação seguida pela Chapa 2 foi a de dizer que tinha buscado a unidade, criticar o divisionismo, formular propostas de luta. Publicou-se um jornal que diz: "...já aprendemos em todas as nossas lutas anteriores que para vencer qualquer briga precisamos de muita união. União de toda a categoria e união dentro do sindicato. É por isso que a Chapa 2 (Sindicato) chamou e continua chamando as chapas que disputam as eleições para a diretoria do Sindicato, para que se unam na prática, para preparar a mobilização pelo semanal".

Eram portanto duas orientações, dois métodos de trabalho, profundamente diferentes que eram apresentados aos trabalhadores. E, aos poucos, os trabalhadores foram caminhando para apoiar a Chapa 2.

Chapa 2	5.785 votos (53%)
Chapa 1	4.760 votos (43%)
Chapa 3	217 votos (2%)



A ruína da burocracia no Leste europeu começa a revelar a face oculta da opressão das mulheres que existia sob a igualdade formal prevista nas Constituições, e apesar da grande participação no mercado de trabalho.

A OPRESSÃO DAS MULHERES NO LESTE

Tatau Godinho

O processo de crise das burocracias da Europa do Leste, com o surgimento de mobilizações e aspirações por democracia, começa a dar lugar a discussões e um início de organização independente das mulheres em alguns países. Trata-se de um processo ainda inicial, em países onde não houve o surto de mobilizações e lutas das mulheres nas décadas de 1960 e 70, como ocorreu nos países da Europa Ocidental.

A União Soviética e os demais países do Leste europeu passaram incólumes por um período no qual a luta das mulheres, o surgimento de um movimento de mulheres massivo e o desenvolvimento do feminismo colocaram em questão a milenar subordinação das mulheres; um período em que o surgimento do movimento de mulheres não se restringiu aos países capitalistas avançados, Europa e Estados Unidos, mas se estendeu também, de forma diferenciada, pelos países do Terceiro

Mundo.

A situação das mulheres na Europa do Leste é um exemplo evidente de que a declaração formal de igualdade, apregoada na Constituição Soviética e dos demais países do Leste europeu é uma falácia.

A presença das mulheres em postos de trabalho remunerado, em proporções maiores que em outras partes do mundo, não correspondeu a um processo de mudanças profundas na situação de subordinação pessoal das mulheres, de sua situação na família e em relação ao trabalho doméstico, ao questionamento radical das estruturas e valores patriarcais da sociedade, ao desenvolvimento de condições de participação social e política democráticas e igualitárias.

Durante o 5º Fórum Europeu de Feministas Socialistas, que reuniu mais de cem mulheres em Goteborg, Suécia, de 24 a 26 de novembro do ano passado, a presença pela primeira vez de fe-

ministas da Europa do Leste permitiu que companheiras dos vários países pudessem discutir a situação de opressão das mulheres nestes países. O Fórum Europeu de Feministas Socialistas reúne, anualmente, desde 1985, feministas de vários países com o objetivo de intercambiar experiências e discutir estratégias comuns.

A situação das mulheres analisada pelas companheiras presentes à conferência descreve uma sociedade patriarcal onde as mulheres são as primeiras vítimas de uma crise econômica crescente. Em um momento em que estes países passam por profundas mudanças sociais e políticas, ainda permanecem os mesmos argumentos (já bem conhecidos por nós no Ocidente) de que a situação de opressão a subordinação das mulheres não é uma prioridade para os processos de transformação necessários hoje nestes países.

As mulheres da Europa do Leste denunciaram também o paternalismo machista dos reformadores e as dificuldades, a partir de anos de cristalização social e política, de desenvolver a organização autônoma das mulheres. E, ao mesmo tempo, relataram suas iniciativas de buscar organizar os primeiros grupos feministas independentes.

Polônia e Romênia

Na Polônia, foi recentemente formado um primeiro grupo feminista, que enfrenta, como em vários outros países, as resistências - que existem na maioria das mulheres e na sociedade em geral quanto à identificação como feministas. Sua primeira atividade de rua foi a organização de um ato de solidariedade com a luta das mulheres americanas na resistência aos ataques ao direito de aborto. Uma dificuldade a mais no desenvolvimento da luta das mulheres polonesas é a forte influência ideológica da Igreja Católica presente na sociedade em geral, mas também no movimento operário organizado no Solidariedade. Também por esta razão, as primeiras iniciativas de organização independente das mulheres até o momento têm se desenvolvido à margem do movimento operário e do Sindicato Solidariedade.

Também na Romênia, o problema do aborto apareceu imediatamente com a queda de Ceausescu. Em uma situação particularmente trágica em relação aos demais países do Leste Europeu, a pressão das mobilizações fez com que a legalização do aborto fosse uma das primeiras medidas do novo governo. A política de controle populacional na Romênia até a queda do antigo governo determinava a proibição do aborto para qualquer mulher que tivesse menos de cinco filhos. E sob um regime policial não se permitia o atendimento nos hospitais das mulheres que estivessem com problemas resultantes de abortos provocados.

URSS

Na União Soviética, surgiram na imprensa denúncias e questionamentos sobre a situação das mulheres e a forma como os dirigentes da *perestroika* e da *glasnost* se relacionam com ela. Eles propõem resolver a "questão das mu-

lheres" reafirmando sua presença em casa e, atacando os males sociais que são em parte atribuídos à "crise da família", com a participação das mulheres no trabalho fora de casa: o crescente alcoolismo, a delinqüência juvenil.

Mesmo a publicação feminina tradicional, *Robotnitsa* ("A Mulher Trabalhadora"), que é definida no manual dos jornalistas como uma publicação que tem por "objetivo a educação cultural e política das mulheres trabalhadoras e donas-de-casa, mobilizando-as para cumprir as tarefas definidas pelo PCUS", já começa a apresentar comentários críticos à pretensa igualdade das mulheres na sociedade soviética.

Em uma situação onde quase 90% das mulheres trabalham fora, os serviços sociais diminuíram ficando sob a responsabilidade da mulher o peso do trabalho doméstico sem que o Estado viesse a desenvolver medidas reais no sentido de sua coletivização. O que existe é bastante insuficiente e de péssima qualidade.

A política desenvolvida a partir de 1981 reafirma a ideologia e a política desenvolvidas a partir da década de 30, sob o argumento de desenvolver uma política demográfica realmente efetiva, enfatizando a maternidade e o papel da mulher na família como o centro do papel econômico e social das mulheres. A imprensa soviética anunciava, então, que tal política significava o desenvolvimento de "importantes medidas buscando aumentar o prestígio da maternidade e criar uma atmosfera de crescente envolvimento e preocupação das famílias na responsabilidade de educação das crianças".

No fundamental, esta política de reduzir a jornada das mulheres no emprego, de forma a permitir um tempo maior para as tarefas domésticas. Não há nenhuma política sistemática de crescimento dos equipamentos sociais coletivos ou mesmo da responsabilização dos homens no trabalho doméstico, aceito como tarefa natural das mulheres. Ao contrário dos debates e iniciativas do início da Revolução Russa, na década de 20, não existe a defesa de uma reestruturação fundamental na família. Desta forma cresce o emprego parcial para as mulheres, com a decorrência de sua concentração nos empregos de remuneração mais baixa e dificultando ainda mais o acesso a promoções e postos de direção.

Desemprego

O papel objetivo das mulheres na produção, inclusive em termos numéricos, é um elemento real que possibilita a resistência a um retrocesso muito brutal em sua situação econômica e social em termos de empregos. Mas a instabilidade de sua participação na força de trabalho, e mesmo a possibilidade de serem parcialmente expulsas, são ameaças reais que já começam a se manifestar a partir da introdução das reformas de mercado.

No ano de 1988, a maioria dos novos desempregados, que chegou à cifra de um milhão, são mulheres. Algumas pesquisas de opinião que apareceram na imprensa soviética no ano passado demonstraram a insatisfação das mulheres com o crescimento do emprego



de tempo parcial. As críticas das reformas combatem a lógica da exclusão das mulheres que se manifestou também no período de Khrushchev.

Mesmo que ainda não se manifestem como processos de organização autônoma das mulheres, começam a aparecer denúncias da dominação patriarcal também na forma como estão constituídos os mecanismos de poder político.

Aborto e contracepção

Outra questão que começa a ganhar visibilidade social são as precárias condições de atendimento de saúde das mulheres, em particular no que diz respeito à contracepção. E o aborto, apesar de legal desde 1956, permanece como um atendimento pago e realizado em condições precárias. Uma situação que se agrava ainda mais frente às dificuldades imensas de acesso a métodos contraceptivos.

Em um artigo publicado na revista soviética *Ogoniok*, o médico Andrei Popov, descreve uma situação em que, segundo a Organização Mundial de Saúde, um em cada quatro abortos no mundo são realizados na União Soviética, que tem hoje 5 a 6% da população mundial. Cerca de 30% das mulheres, em Moscou, com a idade entre 15 e 20 anos, já tiveram pelo menos um aborto. E de maneira mais geral, entre 70 e 80% das mulheres e até 90% na área rural fazem aborto quando de sua primeira gravidez, a grande maioria fora do ambiente hospitalar. Isto sem mencionar que os métodos utilizados não são os mais desenvolvidos hoje no campo da medicina, e menos nocivos para a saúde da mulher, e que a utilização da anestesia não é uma prática comum.

É ainda este mesmo médico quem se pergunta: "Como chegamos a isto? A história começa em 1936, quando foi promulgada uma lei que proibia o

aborto ao mesmo tempo em que suspendíamos praticamente todo o trabalho de pesquisa e desenvolvimento no sentido de oferecer o acesso a métodos anticoncepcionais no país. O contexto histórico e social desta decisão é bastante interessante e instrutivo.

O Estado tinha uma necessidade aguda de recursos de mão-de-obra e soldados, e a situação da natalidade poderia ameaçá-las... A solução foi encontrada, e era fácil imaginá-la: ao mesmo tempo proibir o aborto e, na prática, os métodos anticoncepcionais. É importante notar que, durante os anos 20, nosso país estava, em termos mundiais, à frente no campo do planejamento familiar. Se o aborto foi novamente autorizado em 1956, os métodos anticoncepcionais jamais reconquistaram seu legítimo lugar (sem que se tenha mencionado propriamente que fossem proibidos).

Como caracterizar os métodos anticoncepcionais de que dispomos atualmente? Os que são utilizados por 80% da população são pouco eficazes, pouco acessíveis e danosos à saúde dos usuários. No fundamental não diferem muito dos que existiam e eram utilizados na década de 1930, conhecidos como 'métodos tradicionais'."

É neste quadro de situação objetiva das mulheres, tanto em relação à sua situação na produção, ao trabalho doméstico, às dificuldades e mesmo impossibilidade de controle e autonomia sobre sua própria reprodução, de discriminação culturais e societárias, que começam a se esboçar as primeiras críticas abertas e a busca de respostas.

Alemanha Oriental

Em 3 de dezembro passado, realizou-se em Berlim a primeira reunião de coordenação de grupos de mulheres da República Federal Alemã discutindo a constituição de um movimento autônomo de mulheres e as reivindicações de

uma nova política a partir do ponto de vista das mulheres. Participaram deste encontro mais de mil mulheres. E estavam presentes mulheres do antigo partido comunista, da Federação de Mulheres Alemã — a antiga organização oficial de mulheres —, de um jornal dirigido às mulheres, chamado "Para Você", e representantes de grupos formados recentemente como a *Ofensiva Lilás* e as mulheres da *Esquerda*, além de escritoras, artistas, intelectuais etc.

As discussões sobre a discriminação das mulheres e mesmo o grau de organização é mais desenvolvido na Alemanha Oriental que nos outros países do Leste. A própria história do país, o seu desenvolvimento econômico são razões objetivas para este tipo de diferenciação. Após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres eram não apenas uma grande maioria demográfica, mas também desempenhavam um papel extremamente destacado na produção. Desta forma, mais que em outros países, se desenvolveram em profissões e qualificações e postos de responsabilidade. As mulheres desempenharam um papel mais destacado na oposição com participação ativa no *Novo Fórum*. A criação de grupos, já claramente posicionados como feministas, como o *Ofensiva Lilás*, o *Iniciativa Mulheres em Leipzig* já colocam de forma mais organizada reivindicações feministas e a necessidade de uma análise da situação da República Democrática Alemã a partir da situação específica das mulheres. Por outro lado, há influências e contatos com o movimento de mulheres da Alemanha Ocidental, o que amplia os espaços de discussão e permite discutir as experiências de um movimento de mulheres que desenvolveu uma das ricas experiências da Europa.

No entanto, o contato com a Alemanha Ocidental também tem efeitos contraditórios, com a entrada da propaganda antifeminista desenvolvida pelos meios de comunicação de massa.

As possibilidades de desenvolvimento de luta das mulheres nos países do Leste estão abertas. As transformações políticas começam a dar margem à contestação da ideologia oficial desenvolvida pelos PC's de que a "questão da mulher" era já uma questão resolvida. A situação, no entanto, é bastante contraditória. A inexistência de movimentos independentes, de grupos organizados e a ausência quase absoluta durante várias décadas de debates e questionamentos políticos, ideológicos, culturais ou de qualquer outro aspecto da realidade social nestes países é também um fator determinante na forma como se inicia o debate sobre a situação das mulheres e o feminismo. E a força com que possam se desenvolver as mais variadas formas de organização das mulheres, a perspectiva de criação de um movimento de mulheres autônomo, fora das tradições das Federações de Mulheres vinculadas aos PC's, são elementos decisivos na definição do papel das mulheres e do peso da luta contra sua opressão no processo de reconstrução destas sociedades. A solidariedade, o apoio, a possibilidade de troca de experiências com o movimento de mulheres em outros países, como a realização do Sexto Fórum Europeu de Feministas Socialistas, planejado para a Iugoslávia em novembro de 1990 ou o encontro de Feministas da Europa Oriental e Ocidental a ser realizado em Turim, Itália, também este ano, são inícios de um contato que pode enriquecer bastante o feminismo também nos países ocidentais.



Gerson Silva, da direção executiva nacional da CUT, e Miguel Rosseto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo, fazem uma primeira avaliação da investida privatizante contida no Plano Collor.

Márcia Camargo

A privatização é instrumento político e econômico, decisivo no governo Collor. Como vocês vêem isso?

Gerson Silva — O governo Collor incorpora, através de um discurso neo-liberal, à pressão pela privatização das estatais brasileiras. A onda de privatizações ganha força internacional a partir de 1979, com as investidas de Reagan e Thatcher. Esta investida corresponde a uma necessidade capitalista a partir das dificuldades econômicas dos países desenvolvidos, após os 70. O argumento do “estado mínimo”, valorizando a “livre iniciativa”, e afastando o estado da economia, no entanto, está ultrapassado no atual estágio do desenvolvimento capitalista. O controle monopolista estatal será substituído pelo controle monopolista dos grandes grupos econômicos. A concentração de riqueza e poder, características ainda mais marcantes nas economias periféricas, fará com que o controle estatal seja substituído pelo controle dos oligopólios naqueles setores nos quais há interesse econômico ou político.

Rosseto — É preciso desvendar o mecanismo ideológico do imperialismo, que usa o discurso neo-liberal como recurso em países como o Chile, México, Bolívia, Argentina e Brasil. Este discurso tem como base a quebra dos estados e a liberação de novos espaços nestas economias ao capital internacional. Este discurso ganha peso porque a fração da burguesia nacional é extremamente minoritária e os elementos de resistência a este aprofundamento ainda maior da internacionalização são muito débeis.

No plano econômico anunciado por Collor, como o movimento vê as medidas em relação às privatizações?

Rosseto — O projeto do governo Collor em relação às privatizações é mais amplo e profundo do que prevíamos. Através da Medida Provisória 155, Art. 14, está prevista a troca de títulos da dívida externa e interna por ações das estatais. Isto não é novo. No entanto, através da Medida Provisória 157, o governo cria um certificado de privatização, que será trocado compulsoriamente pelas instituições financeiras, seguradoras e fundações. Estes certificados de privatização desvalorizam-se 1% ao mês a partir do primeiro leilão de ações das estatais promovido pelo governo. Esta medida ainda não foi regulamentada. No entanto, está claro que através dela o governo deterá poder para dar ritmo e definir o volume do processo de privatização. A medida tem o sentido de anular possíveis resistências ao processo imposto pelo governo.

Rua Artur Azevedo, 556 — CEP 05404
São Paulo — SP

Porte pago

DR/SP	ISR 40-2063/85*
DR/RS	ISR 49-083/88

IMPRESSO

1251-704
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
R. OLVIDOR PELEJA, 112
C. U. T.
04128 SÃO PAULO SP



Onda de privatizações

Ficaram fora das privatizações apenas a Casa da Moeda, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Petrobrás e Telebrás. Assim, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outras empresas estão colocadas no mesmo saco que a Vale do Rio Doce. Por outro lado, no caso da Telecomunicações, por exemplo, os serviços vêm

sendo entregues à iniciativa privada e isto vai continuar.

Gerson — Outro elemento das medidas que demonstra o caráter entreguista e de privilegiamento a alguns setores é a extinção da Interbrás. Em 1989, 14% das exportações brasileiras passaram por ela. Seu poder de barganha no mercado internacional é enorme. Sua

extinção favorece enormemente os grandes agentes exportadores. Há quatorze anos no mercado, jamais a Interbrás deixara de apresentar resultados positivos. Fatos como esse, que revelam o real caráter das medidas de Collor, precisam chegar ao conhecimento da sociedade. É o movimento sindical que pode hoje fazer esse papel.

A Grã-Bretanha é o país onde a prática das privatizações tem sido mais persistente e sistematizada.

Apresentada como a forma de reduzir o peso do Estado na economia, a privatização das empresas públicas na Inglaterra teria outros objetivos como o aumento da eficiência econômica do sistema, a diminuição dos subsídios do Estado às empresas e a redução do déficit orçamental, o desenvolvimento do chamado “capitalismo popular”.

Se se entende por peso do Estado na economia a titularidade do capital das empresas, é indiscutível que, desde 1979, este tem diminuído à custa da venda por ações do capital, no todo ou em parte, dessas empresas. Até outubro de 1987, e com a exceção da privatização da Britoil, as operações de venda de ações pelo governo foram, do ponto de vista financeiro, operações bem sucedidas: milhões de libras entraram nos cofres do Estado, mais do que compensando as injeções de capital que este teve que fazer para tornar as empresas a privatizar “atrativas”.

A mudança de maré, iniciada com o “crash” financeiro de outubro de 1987, veio por a nu a fragilidade desta orientação e, em particular, a pouca consistência dos discursos sobre a “redução do peso do Estado na economia”. A decisão de privatizar a BP (British Petroleum) obrigou, na ausência de compradores suficientes e com a baixa de preço das ações, o Estado, por intermédio do Banco de Inglaterra, a recomprar as ações financeiras, enterrando aí muitos milhões de libras (os prejuízos foram avaliados em 1500 milhões de libras).

As ilusões

Para os teóricos do “thatcherismo”, a privatização dos monopólios públicos melhoraria a rentabilidade dessas empresas com vantagem para os consumidores pois a introdução da concorrência forçaria à baixa dos preços e à melhoria da qualidade do serviço prestado. Foi isto que sustentou a impressionante campanha publicitária do governo de Thatcher em torno da privatização da British Telecom, empresa-

monopólio dos telefones (mais de 50 milhões de libras gastos em publicidade). E qual foi o resultado? Público pior servido, maior número de avarias por reparar, maior número de cabines telefônicas sem funcionar, preços mais elevados. E por quê?

Por causa precisamente das tais regras do mercado. Em vez de um monopólio público, tem-se agora um monopólio privado. Aumentam assim as barreiras à entrada de outras empresas no setor, não apenas devido às suas características tecnológicas, como pelo fato de aquele se encontrar dominado por um monopólio. É assim que apesar de se ter decretado que o setor estava aberto à concorrência, o rival da British Telecom, a Mercury, apenas dispõe de 1 a 2% do total de clientes. Por outro lado, como o que lhe interessa é o lucro, as áreas em que a Mercury está interessada em operar são as de maior movimento e, portanto, de maior ren-

tabilidade, e não propriamente as de maior utilidade “pública”.

Quanto à questão da “popularização” do capital das empresas é o próprio mercado que se encarrega de desmentir os teóricos do “novo” velho capitalismo. De 7,3 milhões de acionistas da British Telecom em novembro de 1984, estes reduziram-se a 1,4 milhões em março de 1987, apesar dos incentivos a quem mantivesse a posse das ações (redução nas contas do telefone).

Algo de semelhante tinha já ocorrido um ano após a venda da British Aerospace. Dos cerca de 45.000 acionistas com 0,99 ações no ato da compra, restavam 3000 um ano depois; dos cerca de 80.000 com 100.499 ações, restavam pouco mais de 12.500 ao fim do mesmo intervalo de tempo; no extremo oposto, enquanto que, em 1981, eram 76 os titulares de 100.000-999.00 ações, um ano depois eram já 166 titulares com esse número de ações: e se havia apenas um com 1 milhão (ou mais) de ações, no ano seguinte, eram já 13 os detentores de 1 milhão (ou mais) de ações.

